



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - 52ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães pelos 30 anos de sua fundação  
1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário  
2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário  
3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



## ATAS

### ATA DA 52ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/10/2013

#### Presidência do Deputado Vanderlei Miranda

Sumário: Comparecimento – Abertura – Atas – Destinação da reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Ricardo Guimarães – Palavras do Sr. Délio Malheiros – Encerramento.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados:  
Duarte Bechir - Sebastião Costa - Vanderlei Miranda.

#### Abertura

O presidente (deputado Vanderlei Miranda) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

#### Atas

– O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães pelos 30 anos de sua fundação.

#### Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Ricardo Guimarães, presidente do Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães; a Exma. Sra. Márcia Reis Guimarães, sócia fundadora do referido hospital; e os Exmos. Srs. José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; e Délio Malheiros, vice-prefeito municipal de Belo Horizonte.

#### Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de destacar a presença do Exmo. Sr. Fábio Veras, diretor de Operações do Sebrae; da Exma. Sra. Luciana Campos, diretora da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – Setop -; dos Exmos. Srs. Paulo Kleber Duarte e José Policarpo, diretores da Fapemig; e Márcio José de Oliveira, promotor de Justiça.

Naturalmente, saudamos a presença dos colaboradores, dos fornecedores e de todos os parceiros da comunidade do Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães.



Registramos o recebimento de mensagens do Exmo. Sr. Antonio Anastasia, governador do Estado, da Exma. Sra. Andrea Abritta, defensora pública-geral do Estado, e do Exmo. Sr. Marcio Lacerda, prefeito municipal de Belo Horizonte, lamentando não poderem estar presentes em razão de outros compromissos agendados previamente e parabenizando o deputado Vanderlei Miranda pela iniciativa e, naturalmente, a entidade homenageada desta noite.

Da mensagem enviada pelo Exmo. Sr. governador, gostaríamos de dar destaque às seguintes palavras: (– Lê:) “O hospital de olhos é uma instituição compromissada com valores éticos, inovação e tecnologia, consciente do papel que as organizações devem possuir na sociedade contemporânea. O governador, pela valorosa e notória contribuição para a saúde dos mineiros, manifesta ao Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães votos de uma trajetória de crescente sucesso e reconhecimento, registrando os cumprimentos a toda a equipe desse conceituado centro clínico”.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Vanderlei Miranda, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### **Palavras do Presidente**

Quero, nesta oportunidade, saudar o Dr. Ricardo Guimarães, presidente do Hospital de Olhos Doutor Ricardo Guimarães; a Dra. Márcia Guimarães, sócia fundadora da instituição homenageada; o Exmo. Sr. José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ex-deputado desta Casa, grande amigo e colega - ele é pouco conhecido por esse nome, mas o Doutor Viana é, com certeza, a figura que todos conhecem. Quero também saudar, de forma especial, o Exmo. Sr. Délio Malheiros, vice-prefeito de Belo Horizonte, nossa bela cidade, também ex-deputado, ex-colega da câmara municipal e ex-colega nesta Casa. Saúdo e agradeço mais uma vez a cooperação à nossa competente assessoria na organização e preparação desta reunião. Saúdo também os profissionais da imprensa que aqui estão e este seletto auditório, onde se encontram amigos, com certeza, e parceiros do Dr. Ricardo e do seu grande projeto que é a fundação. Nesta oportunidade, saúdo os que, de casa, estão acompanhando agora a transmissão desta homenagem a mais de 400 cidades espalhadas pelo Estado. A todos vocês, também dou as boas-vindas para, juntos, prestarmos esta mais do que justa homenagem. Minha saudação a todos.

Senhoras e senhores, diante da história do Hospital de Olhos Doutor Ricardo Guimarães, posso afirmar que o pioneirismo foi a principal marca da instituição nessas três décadas. Caro Dr. Ricardo Guimarães, o sucesso alcançado não foi obra do acaso, mas motivado principalmente pelo seu comprometimento e competência na presidência dessa instituição. Sabemos que durante essa longa caminhada o senhor contou com o apoio da Dra. Márcia Guimarães, diretora clínica do hospital, uma mulher admirável que, além de sua esposa e ajudadora, foi uma das médicas que contribuiu com esse sucesso e que também é merecedora desta homenagem.

Fundado em 1983, o Hospital de Olhos Ricardo Guimarães iniciou sua trajetória como uma pequena clínica, como já foi mostrado nesse belo vídeo a que assistimos, que funcionava em uma sala alugada. Pouco tempo depois, a clínica mudou-se para a Avenida Brasil, e, em 1990, a instituição adquiriu, no Vila da Serra, o terreno que recebeu as instalações onde hoje se encontra o hospital.

O Hospital de Olhos Ricardo Guimarães foi um dos primeiros hospitais no Brasil a realizar o implante de lente multifocal para tratamento de catarata, participou do procedimento cirúrgico do primeiro anel intraestromal para correção de ceratocone, tornou-se referência internacional nos estudos da neurovisão, sendo o único na América Latina a oferecer tratamento para a síndrome de Irlen - distúrbio que causa hipersensibilidade à luz, gera cansaço e distorções de leitura -, além de ser o primeiro e, até então, único hospital oftalmológico no País, certificado internacionalmente pela Accreditation Canada, que atesta a qualidade das instituições de saúde para pacientes do mundo inteiro.

O hospital busca continuamente aprimorar as técnicas aplicadas, investe em tecnologia através do seu corpo clínico, formado por conceituados oftalmologistas e é referência em diversos tratamentos. A instituição conquistou o nível máximo de excelência pela maior certificadora de saúde no País, a Organização Nacional de Acreditação – ONA -, além de possuir o reconhecimento Best4, que envolve as certificações ISO 14001, no Sistema de Gestão Ambiental, ISO 9001, no Sistema de Gestão de Qualidade, ISO SA 8000 de Responsabilidade Social e BS OHSAS 18001 de Segurança e Saúde Ocupacional.

A atuação do Hospital de Olhos Ricardo Guimarães abrange o tratamento de catarata, ceratocone, cirurgia refrativa, glaucoma, neurovisão, plástica ocular, presbiopia, a chamada vista cansada, transplante de córnea, entre outros.

Dentro da história do Hospital de Olhos Ricardo Guimarães, quero abrir um parêntese para falar sobre a Fundação Hospital de Olhos, que teve seu início em 1986, com o objetivo de conscientizar e educar a comunidade das diversas regiões de Minas Gerais sobre os cuidados com a saúde ocular através de projetos especiais, como o Bom Começo e Vim Te Ver.

Dr. Ricardo Guimarães e Dra. Márcia Guimarães, que Deus continue abençoando o trabalho que os senhores vêm realizando e conceda a vocês toda sabedoria e saúde para que possam continuar na administração dessa instituição que já beneficiou milhares de pessoas nesses 30 anos.

Espero, se o tempo nos permitir - embora seja pouco provável, mas ainda podendo sonhar que isso aconteça -, poder estar aqui para participar da homenagem dos próximos 30 anos do hospital e da fundação.

A todos muito obrigado, e que Deus, na sua infinita bondade, continue nos ajudando na nossa caminhada a cumprir o papel da nossa existência.

### **Entrega de Placa**

O locutor – Neste momento, o deputado Vanderlei Miranda, representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega de placa ao presidente da entidade homenageada, Dr. Ricardo Guimarães. A placa a ser entregue contém os



seguintes dizeres: (- Lê:) “Única instituição oftalmológica brasileira certificada pela Accreditation Canada e qualificada no nível máximo de excelência pela Organização Nacional de Acreditação – ONA -, o Hospital de Olhos Dr. Ricardo Guimarães, que leva o nome de seu fundador e diretor, é conhecido e respeitado internacionalmente por seu pioneirismo, pela criatividade de seu corpo clínico e pela excelência nos tratamentos da neurovisão. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais presta merecida homenagem a essa instituição, que engrandece a área médica de nosso estado e do País”.

O presidente – Quero convidar para a entrega da placa a senhora sócia fundadora do hospital, Dra. Márcia Guimarães. Quero também, aproveitando nossos sempre deputados Doutor Viana e Délio Malheiros, que nos acompanhem também na entrega da placa.

– Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Sr. Ricardo Guimarães**

Meus amigos, boa noite. Nobre e querido deputado Vanderlei Miranda, que tão carinhosamente e tão gentilmente nos indicou e coordenou esta homenagem; meu querido amigo Doutor Viana, presente sempre nos bons momentos - a vida nos colocou tão próximo, sem nenhum fator importante, apenas a admiração mútua nos faz sempre compartilhar esses bons momentos; meu querido amigo Délio Malheiros, amigo e companheiro de muitos anos, por quem tenho muita admiração e de quem tenho muito orgulho de ser companheiro; minha querida esposa Márcia Guimarães, minha sócia na vida, sócia na profissão, sócia na família, sócia nas angústias, nas emoções; meus queridos amigos - todos vocês aqui presentes - cuja participação neste momento tão especial me alegra tanto - só mesmo a amizade nos faz descolarmos em plena noite de semana, em dias tão complicados de deslocamento nesta cidade hoje engessada por problemas de mobilidade urbana. É muito especial, para mim, tê-los aqui compartilhando este momento.

Quando cheguei aqui hoje e fui recebido pelo deputado Vanderlei Miranda, pelo companheiro Doutor Viana e pelo Délio, conversamos na sala e fazíamos algumas reminiscências sobre a nossa trajetória, a nossa vida em Belo Horizonte. Por coincidência, nós todos somos do interior e viemos para Belo Horizonte em busca de estudo, de realização, em busca de um futuro melhor. E, de certa maneira, temos todos um passado comum, uma inspiração comum: a maneira como nós fizemos essa trajetória.

Quando vim para Belo Horizonte, por coincidência, uma das primeiras casas que visitei foi esta, a Assembleia Legislativa. Não foi esta Casa, Doutor Viana, mas a antiga Assembleia da Rua Tamoios. Meu pai era amigo do deputado Jorge Vargas. E, quando se vem para a capital, procura-se um amigo, alguém que possa lhe dar guarida e que possa lhe conduzir de alguma maneira. Lembro-me de ter ido várias vezes à Assembleia Legislativa, à procura do deputado, porque queria estudar no colégio estadual. Na época, o deputado me indicou para o colégio estadual, e o Prof. Guerra foi quem me recebeu muito bem, mas a vaga mesmo que pretendia não consegui. Logo, fui estudar em outros colégios. De qualquer maneira, lembro com carinho da antiga Assembleia Legislativa.

Aqui também vim e participei de várias homenagens, em situações semelhantes a esta, de mineiros que, por alguma razão, tivessem merecido alguma consideração ou destaque na visão dos membros desta Casa. Participei de diversas homenagens. Lembro-me também da homenagem ao Dr. Hermes Pardini, que foi uma das últimas que vi. Sempre olhei com muita admiração e inveja os que aqui subiram, sendo homenageados por suas realizações, pelo reconhecimento daquilo que fizeram e das contribuições que a trouxeram à sociedade mineira e belorizontina.

Devo dizer que essa sensação de realização, essa sensação de merecimento desta homenagem sempre foi um dos meus objetivos, sem ter sido explícito, mas havia um desejo oculto em receber esse reconhecimento, que chega, deputado, num momento muito especial para toda a nossa equipe que está aqui conosco. Porque, apesar de o setor de saúde passar por um momento muito crítico – até diria que um dos mais críticos que podíamos imaginar -, numa situação de dificuldade por falta de investimentos, por falta de uma conjuntura favorável ao desempenho da medicina, dentro desse ambiente, conseguimos, nesses últimos anos, realizações de grande importância, dentre elas o que foi citado no vídeo que vi pela primeira vez, que a Fernanda, em companhia do Marcos, fez como surpresa - não me deixaram participar do vídeo.

Esse vídeo contou como conseguimos receber uma certificação máxima de qualidade da Organização Nacional de Acreditação. Primeiro veio a número 1, depois a número 2, e finalmente a máxima número 3, que é o máximo que se pode obter em termo de reconhecimento de qualidade. Depois, ou simultaneamente, conseguimos quatro Isos de qualidade, o que é difícil. Uma Iso é difícil, duas Isos é difícil, quatro Isos nos coloca numa posição única, porque nenhuma outra instituição de saúde conseguiu todas essas certificações. E finalmente recebemos aquela que é a máxima, uma certificação internacional de qualidade, pela Accreditation Canada. Ela é a certificação internacional de qualidade mais conhecida em todo o mundo; 70% das certificações internacionais são pela Accreditation Canada, porque é reconhecida como uma das melhores certificações internacionais.

Este é um momento muito especial por conseguirmos todas essas distinções. Mas conseguimos mais do que isso, nesses últimos anos. Temos um trabalho realizado pela Fundação Hospital de Olhos, por meio do qual procuramos ajudar crianças com dificuldade de visão na escola. E, há alguns anos, começamos a compreender que só dar óculos para as crianças não era suficiente. Algumas crianças com ou sem óculos eram portadoras de uma dificuldade visual que acontece no processamento visual, depois da correção refracional dos óculos.

E essas crianças não conseguiam aprender a ler. Descobrimos, também, que esse mal atingia cerca de 10% das crianças nas escolas. Era um número muito grande, muito assustador, que nos fez procurar a Universidade Federal de Minas Gerais, que, diante de números tão expressivos, se dispôs a trabalhar em parceria conosco, num projeto voltado para a identificação dessas dificuldades e também para a criação de uma metodologia e uma tecnologia que nos permitisse ajudar de forma mais efetiva uma parcela tão importante da população. Esse projeto, que recebeu o nome de Bom Começo, criou a tecnologia que hoje faz parte dos equipamentos que serão disponibilizados em escolas de toda Minas Gerais, um projeto financiado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. Estamos concluindo agora o primeiro piloto na cidade de Nova Lima.

Criamos também uma metodologia de abordagem dessas crianças, que, como nos mostrou o vídeo, já foi disponibilizada para cerca de 6 mil profissionais de 23 estados do Brasil. Hoje, praticamente todo o Brasil consegue identificar, reconhecer e ajudar as crianças que têm essas dificuldades.



Isso, portanto, faz com que o momento seja muito especial para nós, faz-nos sentir merecedores dessa homenagem e muito orgulhosos. Ela chega em bom momento. E melhor ainda é receber essa homenagem na companhia de tantos amigos presentes nesta Casa porque, além do mérito de receber a homenagem da Casa, a homenagem maior é de vocês, preciosos e queridos amigos que vêm aqui compartilhar este momento e nos dar um testemunho da nossa amizade, do nosso apreço. E isso torna esse prêmio ainda mais especial porque ele não é solitário, deputado, ele vem num momento muito especial. Quero dizer que não poderia ter melhor companhia senão vocês, companheiros de trajetória. Espero ter sempre na vida os amigos e os membros da equipe, que tornaram essa caminhada de sucesso possível. Esperamos estar sempre compartilhando outros bons momentos junto com vocês.

Só posso dizer a vocês, companheiros, que a nossa determinação é continuar trabalhando. Não vejo outro prazer maior do que poder ser útil à sociedade, à comunidade e continuar contribuindo sempre que possível para que possamos fazer deste Brasil um país melhor, para que possamos trabalhar nessas áreas tão críticas, quais sejam, em primeiro lugar, a educação e depois a saúde e o nosso desenvolvimento. Muito obrigado, deputado. E muito obrigado a vocês, meus amigos, por estarem aqui conosco neste momento tão especial.

### **Palavras do Sr. Délio Malheiros**

Boa noite a todos e a todas. Gostaria de, autorizado pelo Doutor Viana, que me pediu que também falasse em seu nome, cumprimentar a Dra. Márcia, o Dr. Ricardo Guimarães e o deputado Vanderlei Miranda, meu ex-colega na câmara de vereadores e colega deputado. Sinto-me muito honrado em estar aqui, em nome da Prefeitura de Belo Horizonte, do prefeito Márcio Lacerda e da cidade de Belo Horizonte, cumprimentando o Dr. Ricardo Guimarães pelos 30 anos dessa belíssima instituição. Esta é um exemplo para todos nós. O Dr. Ricardo é um guerreiro e um lutador, acompanhado, é claro, da Dra. Márcia. Ele transformou esse hospital em uma instituição internacionalmente conhecida, e, pela sua generosidade, pelo que faz para os mais pobres e pela medicina em Belo Horizonte, devemos agradecer. Esperamos retornar a esta Casa para comemorar os 40 anos, os 50 anos, os 60 anos. Tenho certeza de que esse belíssimo legado será deixado pelo Dr. Ricardo Guimarães, que é um empreendedor, um homem ousado, que tem uma experiência de vida extraordinária, que quer construir em Belo Horizonte ou no entorno de Belo Horizonte uma cidade médica. Esse é um projeto belíssimo e que nos dá orgulho, por pertencer a Minas Gerais. Tenho certeza, Dr. Ricardo, de que esse projeto será vitorioso.

No que depender deste modesto vice-prefeito de Belo Horizonte, empunharei essa bandeira até os últimos dias naquela casa, porque precisamos da cidade médica que o senhor construirá com muita galhardia e abnegação. O Dr. Ricardo valorizará a mão de obra da medicina de Minas Gerais e de Belo Horizonte para o mundo. Tenho certeza de que será um exemplo para todos nós. Fica aqui o agradecimento da cidade de Belo Horizonte, fica aqui nosso compromisso de dar força a esse projeto. Mais uma vez, agradecemos ao Dr. Ricardo Guimarães e à Dra. Márcia por tudo que eles fazem pela medicina em Minas Gerais. Muito obrigado, deputado Vanderlei Miranda, por conceder essa quebra de protocolo e nos permitir dar esse forte abraço no Dr. Ricardo e na Dra. Márcia. Parabéns a todos os colaboradores do hospital, que conheço muito bem. É uma belíssima instituição de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente – Quero agradecer a presença de todos os senhores e de todas as senhoras, mais uma vez, parabenizando o Dr. Ricardo e a Dra. Márcia. Também agradeço a presença do vice-prefeito, do ilustre membro do Tribunal de Contas, conselheiro Doutor Viana, e de todos os que participaram conosco deste momento importante e solene nesta Casa. Lembro que esta homenagem tem a participação de todos os deputados e deputadas desta Casa, visto que o requerimento para ser deferido passa também pelo crivo desses companheiros e companheiras e, principalmente, recebe o apoio incondicional do presidente, deputado Dinis Pinheiro.

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 18, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/10/2013**

Às 15h41min, comparece na Sala das Comissões o deputado Paulo Lamac, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a outorga de permissão de serviço público de transporte de táxi em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, especialmente Contagem, Ribeirão das Neves e Sabará, e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os srs. Luiz Carlos Godinho, secretário municipal de Segurança, Transporte e Trânsito de Ribeirão das Neves, representando a sra. Daniela Corrêa Nogueira Cunha, prefeita do Município de Ribeirão das Neves; Ricardo Antunes Gomes de Oliveira, vice-prefeito do Município de Sabará, e Moacir Barbosa de Figueiredo, assessor, ambos representando o Sr. Diógenes Gonçalves Fantini, Prefeito Municipal de Sabará; Luiz André de Araújo Vasconcelos, assessor jurídico da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem - Transcon -, representando o Sr. Agostinho Fernandes da Silveira, presidente da Transcon; José Estêvão de Jesus de Paulo, presidente da Associação dos Condutores Auxiliares de Táxi - Acatax -; e Eduardo Lima Caldeira, vice-presidente da Associação dos Taxistas do Brasil, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Registra-se a presença do deputado Carlos Pimenta. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 15 de outubro de 2013.  
Paulo Lamac, presidente - Luzia Ferreira - Carlos Pimenta.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 22/10/2013****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

**2ª Fase****(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.260/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.353/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.354/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 41, de 27 de maio de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 44, de 12 de junho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 49/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 24 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 40/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 27 de maio de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 38/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 22 de maio de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8 de julho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e com as Emendas nºs 1 a 28, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública, e das Emendas nºs 1, 4, 7, 13, 23 a 26, da Comissão de Segurança Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 29 a 42 e 44 a 55. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, fica prejudicada a Emenda nº 43.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 30/2012, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 54, de 13 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A

Comissão de Segurança Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Segurança Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013, do governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto do na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação da Emenda nº 2, incorporada ao Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto a Emenda nº 1.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.518, de 06 de dezembro de 2007, no âmbito das repartições públicas estaduais de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr, que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Esporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça

conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.040/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo Agente de Segurança Penitenciário de que trata a Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 10 e 11 e pela rejeição do Substitutivo nº 3 e das Emendas nºs 1 a 9.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e a Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 777/2011, do deputado Carlin Moura, que dispõe sobre reserva de vaga para afrobrasileiros em peça publicitária de órgão das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.405/2011, do deputado Gustavo Valadares, que obriga as lojas de telefonia a fixar em lugar visível cartaz contendo o número do telefone da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.621/2012, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre o protocolo de segurança dos procedimentos médicos nos hospitais das redes pública e privada de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.720/2013, do deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizadas no Estado informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.454/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater denúncias sobre falhas no atendimento aos cidadãos que acionam o número 190, solicitando atendimento de emergência pelo Centro Integrado de Comunicações Operacionais – Cicop -, com a presença dos seguintes convidados: Cel. PM Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Luzia Soraia Silva Ghader, presidente da Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS; Subten. PM Robson Marinho da Silva, supervisor de despacho de patrulhas do Centro Integrado de Comunicações Operacionais - Cicop – Sabará-MG; Cb. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos



Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra Pm/Bm; Eduardo Costa, jornalista; Carlos Viana, jornalista; e Alessandro Runcini, presidente da Associação de Moradores da Savassi e diretor do Conselho Regional da CDL - Savassi.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 29/2012, do deputado João Leite; Projetos de Lei nºs 2.743/2011, do deputado Leonardo Moreira; 2.889/2012, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.905/2012, do governador do Estado; 2.950/2012, do deputado Carlos Henrique; 3.200/2012, da deputada Liza Prado; 3.725/2013, do deputado Paulo Lamac; 3.776/2013, do deputado Zé Maia; 3.894/2013, da deputada Ana Maria Resende; 4.075/2013, do deputado Dinis Pinheiro; 4.211/2013, do deputado Rogério Correia; 4.544/2013, do deputado Ivair Nogueira; e 4.552/2013, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.268/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.494/2012, do deputado João Leite; 3.581/2012, do deputado Fábio Cherem; 4.134/2013, do deputado Paulo Lamac; 4.255/2013, do deputado Duarte Bechir; 4.291 e 4.292/2013, do deputado Gustavo Corrêa; 4.333/2013, do deputado Jayro Lessa; 4.335/2013, do deputado Fábio Cherem; 4.339/2013, do deputado Sargento Rodrigues; 4.459/2013, do deputado Inácio Franco; 4.559/2013, do deputado Fabiano Tolentino; 4.578/2013, do deputado Carlos Pimenta; e 4.580/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.983/2012, do deputado Arlen Santiago.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.273/2012, do deputado Gustavo Corrêa; 3.633/2012, do deputado Sávio Souza Cruz.

Requerimento nº 5.865/2013, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 333/2011, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.859/2013, do deputado Anselmo José Domingos; 5.866/2013, da deputada Liza Prado; e 5.875/2013, da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.





### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia: Requerimentos nºs 5.918 e 5.919/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 5.922/2013, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.425/2013, do deputado Dinis Pinheiro e 4.478/2013, do deputado Dilzon Melo.

Requerimento nº 5.908/2013, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 22/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater, em audiência pública com convidados, a contrapartida do Estado aos municípios que abrigam unidades penitenciárias, bem como a conversão da Penitenciária José Maria Alkimin, localizada no Município de Ribeirão das Neves, em uma unidade educacional da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 23/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.003/2011, do deputado Dinis Pinheiro; 3.675/2012, do deputado Leonardo Moreira; e 3.730/2013, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.904/2013, do deputado Sávio Souza Cruz; e 5.911/2013, do deputado Cabo Júlio.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 23/10/2013**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.



## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 22 de outubro de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução n°s 4.412/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 41, de 27 de maio de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 4.413/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 44, de 12 de junho de 2013, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; 4.414/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 49/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 24 de junho de 2013; 4.456/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 40/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 27 de maio de 2013; 4.457/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 38/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 22 de maio de 2013; 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8 de julho de 2013; 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio n° 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12 de junho de 2013; e 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS n° 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; e dos Projetos de Lei Complementar n°s 23/2012, do governador do Estado, que contém a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG; 30/2012, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar n° 54, de 13 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG - e dá outras providências; 37/2013, do governador do Estado, que altera a Lei Complementar n° 64, de 25 de março de 2002, que institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências e a Lei Complementar n° 100, de 5 de novembro de 2007, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev; e 41/2013, do governador do Estado, que institui a gratificação de incentivo ao exercício continuado para os policiais civis do Estado de Minas Gerais; dos Projetos de Lei n°s 425/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a divulgação do direito à gratuidade de serviços bancários considerados essenciais na forma do art. 2º da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.518, de 6 de dezembro de 2007, no âmbito das repartições públicas estaduais de Minas Gerais; 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei n° 12.666, de 4/11/97, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências; 777/2011, do deputado Carlin Moura, que dispõe sobre reserva de vaga para afrobrasileiros em peça publicitária de órgão das administrações públicas direta e indireta do Estado de Minas Gerais; 1.211/2011, do deputado Gustavo Valadares, que institui o Selo Jovem e dá outras providências; 1.259/2011, do deputado Leonardo Moreira, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição e dá outras providências; 1.789/2011, do deputado Marques Abreu, que institui o selo Amigo do Esporte no Estado; 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica; 2.405/2011, do deputado Gustavo Valadares, que obriga as lojas de telefonia a fixar em lugar visível cartaz contendo o número do telefone da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel - e dá outras providências; 2.748/2011, do deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de qualquer empresa que faça uso direto ou indireto de trabalho escravo ou em condições análogas; 3.621/2012, do deputado Doutor Wilson Batista, que dispõe sobre o protocolo de segurança dos procedimentos médicos nos hospitais das redes pública e privada de saúde do Estado; 3.720/2013, do deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz nos Postos de Identificação da Polícia Civil e nas Unidades de Atendimento Integrado localizadas no Estado informando sobre a gratuidade da emissão da primeira via da carteira de identidade e da segunda via nos casos de furto ou roubo notificados; 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, que cria cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais; 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica; 4.040/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o porte de armas de fogo pelo agente de segurança penitenciário de que trata a Lei n° 14.695, de 30 de julho de 2003; 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 4.189/2013, do governador do Estado, que cria



o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso; 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2013, para revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 4.260/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; 4.353/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Especial do Ministério Público; 4.354/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e 4.454/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de outubro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, o Projeto de Lei nº 3.607/2012, do governador do Estado, que institui a Política de Mudança do Clima do Estado de Minas Gerais - PMCE -, bem como os demais projetos de lei em tramitação nesta Casa que tratam desse assunto, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Célio Moreira, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012

Nos termos regimentais, convoco os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Adalclever Lopes, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 39/2012, do deputado Antônio Carlos Arantes e outros, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Rômulo Viegas, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Valadares, Luiz Humberto Carneiro e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 10 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de programar os trabalhos, definir cronograma de atividades e discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Tadeu Martins Leite, coordenador.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Maria Resende e os deputados Almir Paraca e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Liza Prado, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 37/2013, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Gustavo Corrêa, presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 22/10/2013, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 2º turno do Projeto de Lei Complementar nº 23/2012, do governador do Estado, do Projeto de Lei Complementar nº 41/2013, do governador do Estado, do Projeto de Lei nº 3.879/2013, do Tribunal de Justiça, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, do Projeto de Lei nº 4.214/2013, do Procurador-Geral de Justiça, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Zé Maia, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 24/10/2013, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Almir Paraca, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Conjunta das Comissões de Saúde, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da Comissão de Saúde; os deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; a deputada Maria Tereza Lara e os deputados André Quintão, Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da Comissão de Participação Popular, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 25/10/2013, às 13h30min, no auditório da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – Amams –, no Município de Montes Claros, com a finalidade de debater a proposta de revisão do PPAG 2012-2015, no exercício 2014, no âmbito da Rede de Atenção à Saúde.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Águas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Zé Maia, Dalmo Ribeiro Silva, Pompílio Canavez e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 29/10/2013, às 14 horas, no Centro Social de Farofa, no Município de São Joaquim de Bicas, com a finalidade de debater os impactos ambientais causados pelos grandes empreendimentos na região do Médio Paraopeba, com a presença de convidados, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Almir Paraca, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.528/2013

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Relatório

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Fabiano Tolentino, visa declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, com sede no Município de Bambuí.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

A proposição em análise visa declarar de utilidade pública a Associação Orquidófila de Bambuí, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede no Município de Bambuí.



Além de congregar em uma associação pessoas interessadas no cultivo de orquídeas, a associação tem por finalidade promover estudos sobre a reprodução e cultivo dessa flor, divulgar conhecimentos sobre ela, promover a sua reintrodução em seu *habitat* natural e proteger suas fontes naturais.

Trabalhar para a proteção de espécies vegetais é trabalhar em prol do meio ambiente. Considerando os objetivos da Associação Orquidófila de Bambuí, verifica-se que eles vão ao encontro dos princípios da educação ambiental. Ao realizar exposições anuais, as associações orquidófilas geralmente oferecem oficinas e palestras para associados e visitantes. Tais atividades contribuem para desenvolver nas pessoas a consciência da importância de preservar não apenas uma determinada espécie vegetal, mas toda a flora.

Tendo em vista a contribuição de uma entidade como essa para a preservação do meio ambiente, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.528/2013 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Duarte Bechir, relator.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 15/10/2013

O deputado Cabo Júlio\* – Sr. Presidente, deputadas e deputados, no momento em que nosso país passa por grande aumento de violência, quando assistimos aos programas do Datena, da Rede Record, o *MGTV*, ficamos com medo de sair de casa, parece que estamos em uma guerra contra o Iraque. De sábado para domingo, aconteceu um fato que reputo perigoso e lamentável.

Um soldado, da 1ª Companhia de Missões Especiais de Contagem, estava chegando em casa, no Bairro Nacional, por volta de 3 horas da manhã, quando foi abordado por quatro bandidos, que cercaram seu carro e anunciaram o assalto. Qual o medo de todo policial quando é assaltado? Ser reconhecida sua condição de policial pelo bandido e, por isso, ser morto. Sabemos que bandido não gosta de polícia. Esse policial então, corajosa e heroicamente, fez o que não se deve fazer. No desespero de não ser reconhecido como policial, reagiu ao assalto. Quando reagiu, o bandido efetuou dois disparos contra a sua esposa. Um tiro pegou na altura das nádegas, o outro, na barriga. A esposa do policial foi baleada dentro do carro.

O soldado Renato Couto Colen, numa reação rápida, porque tudo acontece muito rápido, sacou de sua arma e efetuou dois tiros num dos quatro bandidos. Os bandidos correram, e o policial correu para socorrer sua esposa, encaminhando-a à Policlínica do Ressaca. Dessa policlínica, ela foi levada para o Hospital Municipal de Contagem. Ele então acionou a Polícia Militar, informando que havia sido assaltado e reagido, que sua esposa tinha sido baleada e que os bandidos estavam correndo para tal direção.

Resultado dessa ópera: a Polícia Militar fez o rastreamento e pegou o primeiro bandido, que estava com uma arma. Em seguida, prendeu o segundo bandido que participara do assalto. O bandido que estava armado recebeu do policial um tiro no braço e foi levado para o mesmo hospital em que estava a esposa do soldado, ou seja, para o Hospital Municipal de Contagem. Lá chegando, ele foi reconhecido como o criminoso que fez o assalto. Quando foi reconhecido, ele reagiu contra os policiais, que foram obrigados a usar uma pistola de choque, a pistola Taser. O marginal foi atendido, e a esposa ficou internada até quase 17 horas no mesmo hospital. Fui acionado e acompanhei essa ocorrência. Pedi ajuda à diretoria de saúde da Polícia Militar para transferi-la para o Hospital Militar. E assim o conseguimos.

Posteriormente a ocorrência foi levada, deputado Vanderlei, para a delegacia. Nela constavam os quatro bandidos assaltantes - sendo que dois estavam presos - e o policial militar e a sua esposa como vítimas do assalto. Quando chegaram à delegacia aconteceu algo maluco, que não entendi até agora. O delegado, de cujo nome não me lembro, perguntou para o policial: "Sua arma é legalizada?". O policial respondeu: "É, está aqui o documento. É legalizada minha arma". O delegado perguntou novamente: "O senhor tem como provar que foi assaltado?". O policial respondeu: "Tenho. Estão aqui as testemunhas". O delegado perguntou: "O senhor tem como provar que foi este cara que assaltou vocês?". O policial respondeu: "Tenho. Estão aqui as testemunhas". O policial foi para a delegacia como vítima do assalto, e os bandidos como autores.

Resultado dessa ópera inexplicável: o bandido foi autuado em flagrante por assalto, e o policial, que reagiu ao assalto, foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio. Nunca vi isso. Tenho 25 anos de Polícia Militar e nunca vi uma loucura dessas. O cidadão reage a um assalto, por medo de ser morto e para proteger sua esposa; o bandido, que foi preso, tem sua arma apreendida, conforme a ocorrência, mas o policial é preso junto com o bandido. Não entendi esse negócio. O comando da PM que estava de plantão, o tenente-coronel comandante da Companhia de Missões Especiais, falou para mim que também não entendeu.

O policial foi preso em flagrante por tentativa de homicídio. Procuramos o nosso advogado para soltar o policial.

Fomos, no domingo, procurar o juiz de plantão e a promotora. Levamos a cópia do auto de prisão em flagrante - APF. A primeira pergunta da promotora foi esta: "Será que esse moço tem algum problema com a PM? Porque não estou vendo crime aqui". E deu parecer pela soltura. Ou seja, o policial terminou seu APF às 8 horas da manhã e, às 4 horas da tarde, ele estava preso.

Queria entender essa situação, em que o cidadão, vítima de assalto, é preso. Deputado Vanderlei, dá para entender um negócio desses? O Código Penal é muito claro. Ele está aqui, e o abri no art. 23.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte)\* - Enquanto V. Exa. abre o código, só para sintetizar: é o rabo abanando o cachorro.

O deputado Cabo Júlio\* - É desse jeito. Abri o art. 23 do Código Penal Brasileiro - não é interpretação, é literal -, e ele diz claramente: "Não há crime quando o agente pratica o fato: Inciso I - em estado de necessidade". Esse é o caso do policial. Não existe



crime, não existe tentativa de homicídio contra um bandido quando o fato é praticado em legítima defesa. Aí, pergunto: um cidadão que protege a sua esposa e a si mesmo num assalto e reage contra um bandido armado não está agindo em legítima defesa? Será que alguém tem dúvida disso? Será que alguém da história da Terra consegue entender um negócio desses? Quando um cidadão defende a si e à sua esposa, em legítima defesa, ele pode ser preso? Fomos tentar entender o raciocínio do colega delegado, que não estava num dia bom.

Qual é o conceito de legítima defesa? Quem, moderadamente, usando dos meios necessários, repele injusta agressão a direito seu ou a direito de outrem. Então, quem usa moderadamente os meios necessários para tal. O soldado usou meios moderados? Usou. Ele acertou o tiro no braço do bandido. Se ele quisesse acertá-lo na cabeça, teria acertado. Estava muito perto. Mas ele usou, moderadamente, dos meios necessários. Qual era o meio necessário? O bandido estava com uma arma, e ele também estava com uma arma. O bandido atirou na esposa dele, e ele atirou no braço do bandido. Isso está dentro do conceito de legítima defesa. Ele usou, moderadamente, os meios necessários, repelindo injusta agressão. É óbvio que a agressão era injusta. Era um assalto. Ele e sua esposa estavam sendo assaltados na porta de casa. Era uma agressão injusta aos seus direitos. Ele estava defendendo a si e a sua esposa.

São situações como essa que colocam as pessoas em risco. Obviamente, não podemos questionar nem criticar instituições, como a Polícia Civil ou a Polícia Militar, por um fato isolado. São situações dessas que colocam em risco a tal da “integração”. Se é que existe essa tal integração das polícias, tão criticada.

Não consegui entender isso. Houve uma revolta geral do quartel. O cidadão falou comigo assim: “Deputado, não estou entendendo nada. Estou com minha nota de culpa, estou preso. O delegado ratificou minha prisão por tentativa de homicídio. Não tentei matar ninguém, tentei defender minha esposa. Prefiro ser um preso vivo a ser um herói morto”.

Fica aqui minha crítica. A Comissão de Segurança Pública queria fazer uma audiência, e pedi que ela aguardasse essa semana para depurarmos o caso. Digo, na condição de advogado, que sempre existem três verdades: a verdade de um lado, a verdade de outro e a verdade real. Estamos verificando esse caso, mas pelo que foi apurado, até agora, o fato é exatamente como narrei aqui. Queremos que isso se torne um fato isolado. O delegado não estava num dia bom.

Consultei minha esposa, que é delegada de polícia, e lhe perguntei: “Se você recebesse, na sua delegacia, uma ocorrência como essa, o que faria?”. Ela me respondeu: “Eu prenderia o bandido. O soldado é vítima, então, o mandaria embora, pronto e acabou”. Eu disse a ela: “Mas você sabia que aconteceu o contrário? Quase que o bandido vai embora e o policial, vítima, fica?”. Ela disse: “Isso não é possível, não aconteceu”. Ficamos nesta de aconteceu, não aconteceu, até eu lhe apresentar o auto de prisão em flagrante e a nota de culpa. Quando um cidadão é autuado em flagrante, ele assina uma nota de culpa. Queria entender isso. O nosso inimigo comum, Dr. Delegado, é o bandido. Como o senhor consegue prender um soldado vítima de assalto porque reagiu a ele? Esse moço deveria estar sendo homenageado por esta Assembleia, porque não morreu, defendeu sua esposa e a si mesmo. Ele tinha que ganhar uma medalha, e não a prisão. Esperamos que o comando da Polícia Militar e o superintendente da Polícia Civil, Dr. Jeferson Botelho, tomem providências. Essa situação não pode acontecer. Primeiro, porque ela é ilegal. Está aqui: “Não há crime. Não há crime quando o agente pratica o fato em legítima defesa”. Se não há crime, e ele foi preso, autuado em flagrante por tentativa de homicídio, o delegado cometeu abuso de autoridade. Não queremos que fatos como esse comecem a estimular aquelas briguinhas de rua entre policiais civis e militares. Não queremos isso, somos colegas e coirmãos.

Portanto, registramos nossa revolta com a atitude do delegado da 6ª Seccional de Contagem, que tratou uma vítima como bandido. A arma era legal, da polícia, autorizado o porte pelo comandante; havia testemunhas e vítima; a mulher estava baleada; e o policial estava lá. O que mais faltava? Por tudo isso registramos a nossa repulsa, a nossa revolta com o fato e a nossa solidariedade com o Sd. Renato Couto Colen, da 1ª Companhia de Missões Especiais de Contagem, e sua esposa, Alessandra Damasceno de Paula Colen, baleada por um bandido de extensa ficha criminal. Isso não pode acontecer, sob o risco, presidente, de invertermos as coisas; sob o risco de continuarmos a ir a enterros chorar por colegas mortos. O colega poderá ter medo de reagir porque irá preso. E preso por quê? Porque cuidou de sua família, de sua esposa e de sua própria vida.

Deixo o nosso pedido de providências à Polícia Civil e ao comando da Polícia Militar. Obrigado, Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; telespectadores da TV Assembleia; hoje, 15 de outubro, é o dia dedicado ao professor. Uma data muito conhecida de todos, mas que sempre nos remete a uma antiga indagação: comemorar o quê? Celebrar o quê? E nos remete também a uma reflexão, a uma análise da educação brasileira e do papel dos professores na construção, tão importante, da política pública. É isso que brevemente tentarei fazer desta tribuna, em homenagem, aí sim, aos trabalhadores da educação, particularmente aos professores e às professoras, da rede pública, da rede privada, da educação básica ou da educação superior.

Sabemos, não é novidade para ninguém, que nenhum país se constituiu como nação soberana, desenvolvida, com melhoria de indicadores sociais, econômicos, com avanços civilizatórios, culturais e ambientais, se não se estruturou em uma forte e sólida política educacional. Essa é uma pré-condição, e os modelos e a história mundial nos remetem a experiências exitosas, principalmente das nações que priorizaram o investimento, o cuidado e a atenção com a rede educacional.

Em nosso país, sabemos que ainda estamos longe de atingir uma condição que nos orgulhe. Temos ainda muitos desafios, mesmo reconhecendo os avanços, particularmente após 1988 e nos últimos 12 anos. Se formos analisar o tripé acesso, permanência e qualidade - e me oriento muito nisso para fazer a análise do nosso modelo educacional e da nossa política pública -, diria que no acesso avançamos na questão do ensino fundamental, hoje universal. Temos desafios importantes ainda a ser atingidos na universalização do acesso ao ensino infantil, na creche e principalmente na pré-escola, para alunos de 4 a 6 anos. Hoje, quem frequenta o ensino infantil majoritariamente é o filho de pais da classe média ou da classe alta. Precisamos oferecer um ensino infantil para todas as crianças de 4 a 6 anos, e já existem metas estabelecidas para isso.



Precisamos, como disse, além do acesso que já foi garantido no ensino fundamental, avançar na qualidade, que deixa ainda muito a desejar. Nesse aspecto, é fundamental a valorização do professor, a sua qualificação e a condição de seu trabalho, que são medidas estratégicas que devem permanentemente ser perseguidas.

No ensino médio, temos um processo hoje nacional de rediscussão. É fundamental repensarmos o projeto pedagógico do ensino médio, é preciso cada vez mais associar a profissionalização a esse ensino. Sabemos que também no ensino médio há o desafio da universalização e, muito associado ao acesso e à qualidade, há o desafio da permanência. Infelizmente, praticamente metade dos que ingressam no ensino fundamental não concluem o ensino médio. É muita gente que fica para trás. A evasão escolar e a repetência são causadoras dessa desistência. Então, o desafio da permanência hoje, principalmente no ensino fundamental e sobretudo no ensino médio, descortina para todos nós novos desafios, particularmente no campo da integração das políticas públicas, da saúde em relação à questão das drogas e da gravidez precoce, e da assistência social no que tange ao apoio às famílias. Se também não construirmos a chamada intersectorialidade das políticas públicas, a permanência dessas crianças e desses jovens na rede escolar fica prejudicada.

Felizmente, e aí há que se louvar o ex-presidente Lula e a atual presidenta Dilma, hoje temos um horizonte mais promissor depois do ensino médio, porque as oportunidades para o ingresso no ensino superior em nosso país estão mais facilitadas. Hoje temos o ProUni, com mais de 1.300.000 jovens nas universidades, temos a proliferação e a expansão de câmpus de universidades federais, temos os institutos tecnológicos.

Hoje o filho da classe trabalhadora pode transformar o sonho da universidade em realidade, nas mais longínquas regiões do País e do Estado. Essa é uma conquista de que não podemos abrir mão. O ensino superior e a qualidade na educação são fatores de preocupação, porque não queremos formar quantidade, queremos que os alunos saiam do ensino superior com qualidade suficiente para desenvolverem em plenitude seus dons e suas vocações. Esse objetivo vem sendo buscado com muita determinação pelo governo federal, pela presidenta Dilma. Outro desafio, no caso do ensino superior, uma nova demanda, é a própria assistência estudantil.

Hoje o ingresso dos jovens pobres, a política de cotas, as cotas raciais no ensino superior, a democratização do acesso ao ensino superior público e gratuito, a demanda por transporte universitário de municípios pequenos para municípios que sediam universidades, a moradia estudantil, felizmente, são novas demandas que também estão no universo das novas conquistas a serem atingidas na educação.

Todo esse ciclo da educação básica, congregando o ensino infantil, o ensino fundamental, o ensino médio até o ensino superior público e privado, em todos eles, em que pese à importância dos prédios, dos equipamentos, dos computadores, das quadras, dos laboratórios, é fundamental. Não há projeto pedagógico exitoso que não se materialize em ambientes e espaços adequados. Um dos motivos da evasão escolar, além da dimensão social, é o desinteresse provocado por um projeto pedagógico que pouco atrai o jovem. Isso tem muito a ver com a falta da informatização, com a falta dos laboratórios, com a falta das bibliotecas. É preciso repensar, reequipar ou equipar as nossas escolas, seja em qual plano ou em que nível de ensino for. Sabemos da importância da materialidade que sustenta um projeto pedagógico cidadão. É nessa concepção que enxergamos a política pública de educação que forma inteligências, capacidades, trabalhadores, professores, especialistas, profissionais liberais, empreendedores. Esperamos que todos esses sejam também bons cidadãos, boas cidadãs, que ajudem a construir uma nação mais justa, socialmente igualitária, com consciência política, ética, ambiental.

Sabemos dessa importância, mas nada disso se concretizará se não houver a valorização estratégica do trabalhador em educação, do professor e da professora. Nesses 10, 12 anos, aqui em Minas, estive ao lado dos professores da rede pública estadual.

Gostaria de cumprimentar todos os professores e professoras de Minas Gerais, na pessoa de nossa amiga Beatriz, coordenadora-geral do Sind-UTE e presidente da CUT, uma mulher guerreira, uma liderança sindical, uma digna profissional.

Durante todo esse tempo estamos ao lado, de maneira efetiva, dos trabalhadores em educação de Minas porque não há como atingir uma educação de excelência, de qualidade, libertadora se os profissionais que atuam nessa área não estiverem com as condições de remuneração, de trabalho, de dignidade asseguradas.

Não podemos usar o argumento de que a educação, por conter o maior contingente de profissionais, tenha uma política de difícil melhoria gradativa remuneratória. Pelo contrário, temos de alargar os horizontes das fontes de financiamento da política educacional. O governo Dilma está dando esse exemplo, com 75% dos *royalties* destinados à educação. Precisamos ser criativos para que o Plano Nacional de Educação, para que o Plano Estadual de Educação, para que as metas decenais saiam do papel e se tornem realidade na vida de cada cidadão.

O tempo é curto, mas queria homenagear todos os professores da rede pública estadual que resistem e lutam por melhores condições; e é extensivo aos professores das redes municipais, em grande número no Estado de Minas, principalmente na parcela do ensino infantil e fundamental; e aos professores também que trabalham na rede privada em nosso Estado. Quero dizer-lhes que nesta Casa temos a alegria, a nossa bancada, do Partido dos Trabalhadores, de, em todos os momentos, traduzir em votações e gestos práticos o nosso compromisso com a educação, pois o verdadeiro compromisso com a educação passa, em primeiro lugar, pelo compromisso, pela valorização daqueles que trabalham cotidianamente por uma educação pública em Minas. Parabéns a todos os trabalhadores em educação, particularmente aos professores e às professoras do Estado de Minas Gerais.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Deputado Ivair Nogueira, vice-presidente desta Casa e hoje presidindo a nossa reunião, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, bancada da imprensa, telespectadores da TV Assembleia e também os nossos visitantes que hoje nos acompanham ao vivo na Assembleia Legislativa, meus cumprimentos.

Sr. Presidente, quero também fazer uma homenagem às professoras e aos professores pelo seu dia hoje. O deputado André Quintão já o fez também, de maneira efetiva e brilhante, e me poupa, inclusive, de fazer uma análise, pois concordo com a que ele falou - dos avanços e dilemas que temos na educação pública brasileira hoje.

Mas quero, até para complementar o que o deputado André Quintão já expôs, falar sobre a educação pública no Estado de Minas Gerais. Faço-o com a autoridade de quem, no dia de ontem, junto com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia e com a



deputada Maria Tereza Lara, pôde ir ao acampamento dos professores que ainda está localizado em frente à residência do governador Anastasia. Completaram-se hoje 46 ou 47 dias de acampamento dos professores em frente à residência oficial do governador. Acho, no mínimo, estranho - deputados André Quintão e Elismar Prado, que agora também nos escuta na Assembleia Legislativa - que durante todo esse período o governador Anastasia não tenha convidado os professores que estão acampados para escutar o que eles tinham para dizer. Eles ficaram 46 dias vizinhos ao governador, ficaram pacificamente acampados em frente à sua casa. Estavam apenas protestando contra a situação da educação no Estado. Às vezes fico imaginando que, se eu fosse governador, convidaria esses professores para entrar na residência oficial e escutaria o que os levou a ficar 46 dias passando frio, chuva ou calor; o que levou esses professores a ficar durante tanto tempo acampados em frente à residência oficial do governador, que não teve a curiosidade ou a generosidade de chamar alguns deles para irem até a sua residência e escutar o que tinham a dizer da educação.

Ontem, eu e a Maria Tereza estivemos no acampamento com o requerimento aprovado na Comissão de Educação. Estive lá anteriormente com a Comissão de Direitos Humanos para discutir a violência nas escolas. Os professores e as professoras que estavam nesse acampamento nos apresentaram fatos intrigantes em relação à violência. Naquele dia a TV Assembleia foi proibida de ir. A imprensa e a comunicação da Assembleia que estavam lá foram obrigadas a se retirar. E, para que não ficasse uma má impressão da Assembleia Legislativa, sugeri que a Comissão de Educação fosse com a TV Assembleia e também com a equipe de comunicação.

Ontem fomos lá e escutamos novamente as questões de segurança. Hoje saiu publicada no *Boletim da Assembleia* uma excelente matéria, que retratou bem a conversa com os professores. Foi de fato uma conversa. Eles colocaram as questões salariais, especialmente a Prof. Beatriz Cerqueira - assim como o André, quero homenageá-la -, que é uma grande sindicalista, professora e presidente da CUT e tem prestado um enorme serviço na organização da categoria e na luta pela educação pública e gratuita em Minas Gerais e no Brasil.

Os professores nos disseram que esperam o pagamento do piso salarial e o descongelamento da carreira. E, além das questões salariais, o mais enfatizado foi a melhoria na infraestrutura das escolas e a reivindicação da suspensão do programa Reinventando o Ensino Médio. Segundo eles, esse programa está sendo colocado de maneira autoritária e sem debates, apenas tentando concorrer com o Pronatec. Portanto, isso não levará a uma melhoria real do ensino médio. Segundo os próprios professores, é apenas uma corrida eleitoral, e não algo discutido coletivamente com a educação.

Eles também apresentaram questões relativas à violência nas escolas e às agressões. Solicitaram que nós, deputados, fizéssemos uma intervenção em favor da educação pública.

Deputada Elismar, também nos relataram que a Secretaria de Educação não os recebe como deveria, que há muito assédio moral dentro das escolas e da Superintendência de Ensino, que a atitude autoritária do governo tem contribuído para o aumento do estresse dentro das escolas e expuseram o problema de doenças de professores.

Deputado André Quintão, foi uma tarde em que pudemos sentir aquilo que o professor de fato passa no dia a dia, que é muito diferente - isso foi muito reclamado - daquilo que aparece nas propagandas do governo do Estado, que está fazendo deles um instrumento de propaganda inverídica, fazendo uma propaganda falsa em relação aos professores. Saber de todas as dificuldades, dos péssimos salários, das escolas sem condições de infraestrutura e ver a televisão passar uma mentira, utilizando-se dos professores, do ponto de vista eleitoral, deixa-os indignados. Tudo isso foi exposto com muita indignação pelos professores. Creio que ontem a Comissão de Educação fez uma homenagem ao Dia do Professor, indo ao acampamento e escutando o que os professores e as professoras tinham a nos dizer, algo que o Prof. Anastasia preferiu não fazer - ele preferiu não escutar, preferiu ignorar.

Antes de conceder aparte ao deputado Elismar Prado, quero concluir dizendo o seguinte: amanhã os professores e as professoras vêm para a Assembleia Legislativa, onde acamparão. Já avisaram a imprensa e virão para cá, onde farão um acampamento para chamar a atenção dos deputados. Os professores não querem que seja aprovado, da forma como o governo anunciou, o projeto de lei que deverá vir em breve para a Assembleia Legislativa e solicitarão dos deputados condições para que sejam abertas reais negociações entre o sindicato, a Secretaria de Educação e o governo do Estado. Disse a eles que nós, do bloco, os receberemos como deve ser, principalmente porque virão aqui na semana da educação, na Semana do Professor. Esperamos que sua acolhida seja como eles merecem. Eles serão escutados como escutamos. Buscaremos atender a suas reivindicações. Não vai aqui nenhuma palavra demagógica. Todos sabem, e os próprios professores sabem que aquilo que merecem não será conquistado de uma única vez, mas o governo, no mínimo, deve planejar uma outra relação com a educação que faça com que valha a pena ser professor. Queremos que o Dia do Professor algum dia seja de fato comemorado em Minas Gerais. Então, manifesto meu reconhecimento aos professores e aos trabalhadores da educação neste dia, dando-lhes amanhã a acolhida que merecem na Assembleia Legislativa.

Quero ainda - e vou dar aparte ao nobre deputado - falar de um outro assunto que também tem a ver com educação e deve ser comemorado, especialmente em relação ao ex-presidente Lula, agora à presidenta Dilma e também ao ex-ministro, ex-deputado federal e ex-prefeito Patrus Ananias. Hoje completamos 10 anos do Bolsa Família, que recebeu um prêmio, na Suíça, da Associação Internacional de Seguridade Social. Os dados são alvissareiros: 28% da queda da pobreza, segundo o Ipea, veio do Bolsa Família. Sem ele, a pobreza no Brasil passaria de 3,6% para 4,9%. Além disso, cada real gasto com o programa, que completa 10 anos, faz a economia girar 240%, conforme reconhecimento, repito, da Associação Internacional de Seguridade Social. Tive também o prazer, a honra de ter sido o autor, em Belo Horizonte, como vereador, antes da existência do Bolsa Família, do Bolsa Escola. Em 1996, aprovamos essa lei na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Patrus Ananias era nosso Prefeito e sancionou a lei, antes de deixar a prefeitura em 1997. Patrus deixou isso designado no orçamento de 1997 para o prefeito sucessor, Célio de Castro, poder iniciar o processo da Bolsa Escola em Belo Horizonte, em 1997. Essa foi uma das primeiras experiências. Foi depois da de Brasília, onde o hoje governador Cristovam Buarque, ex-governador pelo PT, tinha realizado essa experiência. De lá para cá, o Bolsa Escola transformou-se em Bolsa Família, e quiseram o destino e o ex-presidente Lula que exatamente o ex-prefeito e depois ministro Patrus Ananias tocasse esse programa em esfera nacional com o sucesso que ele teve. Agora, 10 anos depois, ganha esse prêmio, que é uma espécie de Prêmio Nobel da seguridade social. Então, parabéns ao Bolsa Família, parabéns também ao ex-presidente Lula e ao ex-





ministro Patrus, que conseguiram esse fato tão relevante de combate à miséria e de acolhimento das famílias mais necessitadas no Brasil.

Faço uma ressalva para dizer, deputado André Quintão, que acompanhou isso bem, que foram muitos os adversários do Bolsa Família, que o chamaram de “bolsa-esmola”. Alguns disseram que só vagabundos receberiam o Bolsa Família, que as pessoas comprariam cachaça com o dinheiro. Houve toda uma ladainha, disseram que não se podia dar o peixe, mas sim ensinar a pescar. Houve toda uma ladainha, ladainha, ladainha, e hoje o Bolsa Família é comemorado no mundo, embora parcela das elites conservadoras brasileiras, de partidos políticos conservadores, tenham tentado derrotá-lo.

O DEM, antigo PFL, chegou a entrar contra o Bolsa Família no STF, tentando extinguir um programa dessa monta. Isso é para que vejam o que é o conservadorismo das elites dominantes no Brasil.

Hoje comemoramos 10 anos do Bolsa Família, e aqui fazemos uma homenagem aos professores e a esse instrumento que auxilia na educação.

O deputado Elismar Prado (em aparte)\* - Parabenizo o deputado Rogério Correia por seu pronunciamento e agradeço a concessão do aparte, que pedi apenas para registrar o nosso ponto de vista em relação à semana da educação, ao Dia do Professor.

Infelizmente, temos muito pouco a comemorar em um Estado governado por um grupo que não respeita os trabalhadores da educação e não cumpre a legislação federal, a lei do piso. Também estive no acampamento deles e sei que a situação é lamentável. Uma pesquisa recente, deputado Rogério Correia, mostra que os pais não incentivam mais os filhos a seguir a carreira do magistério. Cada vez mais os jovens demonstram falta de estímulo, de motivação, de vontade de ingressar nessa carreira. Mas o que será de um país ou estado que não valoriza a educação? O que faremos sem nossos professores e professoras? Temos de lutar muito, mesmo, para que eles sejam valorizados.

Lembro que, nas audiências públicas que realizamos nesta Casa, o Estado nunca envia a secretária de Educação ou representante que tenha autoridade e condições de oferecer soluções e respostas às reivindicações que os professores apresentam. Eles sempre nos enrolam. Então, queria deixar registrado nosso posicionamento, porque é lamentável a realidade que os trabalhadores da educação estão enfrentando em Minas Gerais, com péssimas condições de trabalho e de renda e sendo tratados com falta de respeito e de dignidade.

Agora, vamos receber novamente nesta Casa os professores, professoras e demais servidores da educação, e esperamos que o governo acorde ainda a tempo de oferecer soluções que resgatem a carreira do professor, que, infelizmente, foi congelada em Minas Gerais, com a retirada de vários direitos desses trabalhadores. Então, nesta semana da educação precisamos levantar muito a voz e a bandeira em defesa dessa classe tão importante para o desenvolvimento de estados e países. Sempre digo que todas as áreas são importantes, mas notadamente aquela que investe na formação de cidadãos críticos, conscientes e exigentes de seus direitos, porque assim adquirimos condições de fazer um grande estado, um grande país.

Parabenizo nossos professores e professoras, mas, lamentavelmente, devo registrar a falta de respeito e o descaso com a educação que ainda imperam no Estado de Minas Gerais. Parabéns, deputado Rogério Correia. Obrigado.

O deputado Rogério Correia - Obrigado, deputado Elismar Prado.

Para encerrar, presidente, quero dizer, em menos de um minuto, que outro programa que veio para ficar e que está sendo muito elogiado - algumas matérias na imprensa já estão fazendo pequeno balanço dele - é o Mais Médicos. Lembro que as elites conservadoras também ficaram contra o programa, incluindo o senador.

Mas hoje os médicos estrangeiros, entre eles os cubanos, estão sendo muito bem recebidos, e daqui a 10 anos estaremos comemorando o Mais Médicos como comemoramos hoje o programa Bolsa-Família. Mais uma vez, dou os parabéns aos professores e professoras pelo seu dia. Viva os professores! Que sejam bem-vindos amanhã, quando vão transferir para a Assembleia Legislativa o acampamento que está montado na residência do governador. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes\* - Sr. Presidente, deputados, deputadas, cidadãos que nos acompanham pela TV Assembleia, venho a esta tribuna hoje compartilhar com todos a alegria que tivemos ontem ao receber a presidenta Dilma na minha querida cidade natal, Itajubá.

A presidenta Dilma, com sua comitiva de ministros, com participação do nosso ministro Fernando Pimentel e do ministro Toninho Andrade, junto ao governador e ao vice-governador do nosso estado, participou de um momento importante, que reflete o atual momento em que o País vive e, de forma especial, o momento em que vive a nossa região do Sul de Minas, especificamente a cidade de Itajubá, vivenciando esse avanço do desenvolvimento local e regional que o País está vivendo. De forma muito particular, a nossa região do Sul de Minas vem conquistando avanços com importantes investimentos privados, com grande parceria do governo federal.

Estivemos presentes na inauguração da ampliação da sede da Balteau, um grupo instalado em Itajubá há algum tempo e que vem ampliando seus investimentos, agora com a inauguração da fábrica de transformadores de alta tensão. Trata-se de um investimento importante que contou com financiamento do Finep e do BDMG. São ações importantes do governo federal em parceria com o governo do Estado que mostram a pujança da nossa região por meio da mão de obra qualificada, por meio de setores importantes para o desenvolvimento da nossa região.

De forma muito especial, tivemos a grande alegria de receber a presidenta Dilma, que valoriza essa ação de governo - de apostar e investir em alta tecnologia, em inovação - e principalmente a percepção de empresários no que concerne ao potencial que a nossa região tem.

Esse investimento teve a participação dessa importante comitiva, que nos faz lembrar e compartilhar aqui outros investimentos que têm ocorrido em cidades importantes da nossa região do Sul de Minas, como Poços de Caldas e Pouso Alegre. Pouso Alegre comemora investimentos significativos de uma gestão tendo à frente o nosso prefeito Agnaldo Perugini, do PT, que foi reeleito. Ele tem feito com que a nossa região do Sul de Minas, a partir da ação inovadora na administração de Pouso Alegre, seja referência de desenvolvimento para toda aquela região.



Quero aqui parabenizar o prefeito Agnaldo Perugini, porque, além de buscar investimentos, gerar novos empregos na cidade, tem investido na saúde, na infraestrutura da cidade. Com grandes investimentos, ele tem transformado a educação, com excelentes programas de valorização dos professores. Tem investido na estrutura das escolas municipais, com aperfeiçoamentos, garantindo uma educação de excelência, cada vez mais, com qualidade de ensino para nossas crianças e adolescentes. Nesse sentido, não tenho dúvida de que o prefeito Agnaldo tem sido um grande líder regional. Com esses investimentos e com essa forma de administrar, tem feito com que a cidade de Pouso Alegre - não pela sua referência regional, pela qualidade de vida que oferece e pelo seu potencial regional - receba mais investimentos e grandes empresas. Em que isso é importante para nós? Não é algo focado apenas na cidade de Pouso Alegre, mas trata-se de algo focado na nossa região.

Tive a oportunidade de acompanhar, Sr. Presidente, com uma comitiva de 19 prefeitos da nossa microrregião, uma viagem à China, feita nos últimos dias, para visitar exatamente as empresas que estão se instalando na nossa região. Uma delas, uma empresa de grandes equipamentos, a XCMG, está se instalando em Pouso Alegre, com previsão de inauguração em fevereiro e funcionamento a partir de então. Trata-se de um grande investimento, uma empresa considerada a 5ª maior do mundo de grandes equipamentos. É o maior investimento da China no mundo. Ou seja, é o maior investimento dessa empresa fora da China. Visitamos tal empresa, e os prefeitos da região ficaram impressionados.

É uma empresa que gerará cerca de 5 mil empregos - mil empregos diretos e 4 mil indiretos -, que tem criado em nossa região grande expectativa de que as empresas fornecedoras dessa grande empresa gerem mais empregos, distribuindo-os para toda a nossa região. O prefeito Agnaldo Perugini tem tido a sensibilidade de trazer os prefeitos da região. Todos nós, deputados, somos muito cobrados quando conseguimos um benefício para alguma cidade; a cidade vizinha pergunta por que não levamos o benefício para ela. Temos mostrado o simbolismo, a referência, o exemplo dessa ação, de que o investimento numa cidade pode, sim, levar desenvolvimento e investimentos a tantas outras cidades da região. Estamos fazendo isso de forma compartilhada, dialogada, sentando-nos com cada um dos prefeitos, trazendo os empresários, para que o desenvolvimento seja regional e sustentável e para que possamos garantir que cada uma das cidades da nossa região seja beneficiada.

É o que vivenciamos em Itajubá ontem, com a nossa presidenta Dilma. Ela participou desse importante investimento, que, num primeiro momento, gerará cerca de 150 empregos diretos, mas, com certeza, é um sinal de que, hoje já contando com mais de 15 países para a exportação de seus equipamentos, poderá gerar ainda mais empregos. A presidenta Dilma foi muito feliz nessa sua presença em nossa cidade porque não só vislumbrou a capacidade e o potencial daquela empresa e da mão de obra que a nossa cidade e região oferecem, como também compartilhou conosco várias das ações importantes do governo federal, sendo, deputado Rogério Correia, reverenciada pelo nosso governador, que a elogiou e parabenizou por várias ações do seu governo, sobretudo pela pujança, pela coragem e pela forma de administrar, superando os desafios deste momento difícil que o País vive, diante de tantas turbulências econômicas mundiais. Ali ouvimos do próprio governador a referência que fez à nossa presidenta, parabenizando-a pela força, pela garra, pela determinação, pela gestão que vem implementando no nosso país. Foi muito importante ouvirmos isso do nosso governador, reverenciando e referendando o papel da nossa presidenta Dilma neste importante momento da economia mundial, com a presidenta dando exemplos, investindo, sendo parceira em grandes projetos, como a inauguração dessa obra importante para nossa Itajubá e para o nosso Sul de Minas. A presidenta foi além e compartilhou conosco a importante conquista que o País está vivendo.

Num dia como o de hoje, especial, em que reverenciamos e parabenizamos todos os mestres, aqueles que nos ensinam, que dedicam sua vida a compartilhar do desenvolvimento humano, do desenvolvimento da educação, que são os nossos professores, a presidenta obviamente não poderia deixar passar a oportunidade, e compartilhou conosco essa grande conquista do repasse dos recursos do pré-sal para a educação, dizendo claramente o que já sabemos, mas sempre é importante frisar: os recursos referentes ao pré-sal são finitos, e é importante demais garantir que sejam investidos no que seja perene, no que seja eterno na nossa vida, que é o investimento na educação, em educação de qualidade, desde as creches. Hoje podemos compartilhar, em cada canto do nosso país e do nosso estado - e quero compartilhar em cada canto da nossa região Sul de Minas -, os investimentos do Proinfância, que estamos tendo oportunidade de já inaugurar, alguns cada vez mais avançando e anunciando, em vários municípios, mais e mais investimentos. O Proinfância é um importante investimento do governo federal, construindo creches de qualidade e garantindo estrutura e atendimento às nossas crianças.

No último sábado tivemos a inauguração na cidade de Luminárias. Quero parabenizar o prefeito Arthur, que inaugurou sua creche lá, e tantos outros prefeitos da nossa região que estão inaugurando, todos com recursos do governo federal, da nossa presidenta Dilma, que foi sensível a um setor que há anos não recebia investimento. Quando ela compartilha o pré-sal, este tem que ser entendido como investimento na educação em todos os períodos, a começar pela creche de qualidade, para todos, para que todo o mundo tenha acesso.

Quanto à formação técnica de qualidade, estamos falando dos institutos federais, do Pronatec. Quantos cursos de formação estamos tendo oportunidade de oferecer a nossos jovens para que tenham qualificação técnica e atendam ao mercado, que hoje tanto demanda da nossa juventude e da nossa população mão de obra mais qualificada. O Pronatec vem atender diretamente esse setor.

Os investimentos que o governo federal tem feito ao longo dos últimos 10 anos, com o governo do ex-presidente Lula e hoje com o da presidenta Dilma, vêm avançando no ensino superior. A presidenta Dilma foi muito feliz em seu registro. Quero compartilhar o registro que fez na cidade de Itajubá, relembando que neste ano comemoramos os 100 anos da Universidade Federal de Itajubá - Unifei -, uma universidade de excelência, de referência nacional e mundial, com professores de alto gabarito, que formam excelentes profissionais. Compartilhamos todos os avanços que a Unifei está conseguindo realmente ter, porque está recebendo investimentos, valorizando os profissionais e ampliando sua estrutura graças aos recursos do governo federal.

Estamos entregando, em parceria com o deputado federal Odair Cunha, através de uma emenda de investimentos que destinamos à universidade, uma pista de atletismo que atenderá toda a região e fará com que a universidade seja referência na área esportiva não só dentro da cidade, mas em toda a região, num momento importante, em que o País prevê as olimpíadas que acontecerão aqui. Temos trabalhado para fazer com que os recursos da educação atendam à universidade e os alunos, incentivem e invistam cada vez mais em inovação, tecnologia e esporte. Ou seja, estamos trabalhando para conseguirmos recursos na educação em cada setor, em cada área.



Infelizmente, antes de conceder aparte aos nossos companheiros, quero dizer que não estamos tendo oportunidade de ver isso no Estado de Minas Gerais. Como tenho visitado várias escolas estaduais, queria compartilhar, deputado Rogério, a situação de uma escola que visitei: a Escola Estadual Vinicius Meyer, em Pouso Alegre. É lastimável a estrutura, a precariedade dessa nossa escola estadual em Pouso Alegre. Fui entregar os recursos que destinei através de emenda parlamentar e ver o resultado, mas saí triste ao ver que o pouco que estávamos destinando infelizmente não era suficiente para resolver os problemas. Fiz denúncia agora ao Corpo de Bombeiros e pedi que fizesse vistoria nessa escola, porque a estrutura física e as instalações elétricas, infelizmente, denotam desastre iminente. Qualquer um que visitar essa escola verá que, em algum momento, haverá situação de calamidade ali. Se uma faísca surgir nas instalações elétricas, veremos a escola pegar fogo, por sua precariedade.

Enquanto vemos prefeitos “ralando”, trabalhando e criando condições para investir o mínimo na educação - e eles investem mais que o mínimo em educação -, para cumprir com seu dever e fazer com que as escolas em seus municípios tenham qualidade e recebam investimentos, enquanto vemos o governo federal investindo cada vez mais em educação, infelizmente, na contramão, vemos o governo do Estado cada mais distante do que é seu dever, do que deveria fazer: valorizar nossos profissionais e investir na qualidade da educação e na estrutura das nossas escolas.

Enfim, quanta boa coisa temos a dizer do nosso país! Mas, infelizmente, por ausência de uma política, de uma prioridade, o governo, que teria condições, sim, aqui em Minas Gerais, competência e recursos para fazer isso, não faz, e não entendemos o porquê de não fazer. Há problemas com professores de educação física e vários outros problemas com a educação em Minas Gerais. Não entendemos por que vivemos nessa calamidade.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Ulysses, iria fazer apenas essa conclusão que V. Exa. já fez: a diferença de governos. Enquanto a presidenta Dilma reconhece problemas, trabalha para superá-los e melhorar a vida do nosso povo, aqui em Minas o governo os esconde. Não deixa os problemas aparecerem, mas não os soluciona. É o que chamamos de jogar a poeira para debaixo do tapete.

O prefeito de Belo Horizonte, diante de um problema que virá, porque não resolveu o problema dos pontos que vivem se alagando em Belo Horizonte - e as chuvas chegarão -, anunciou ontem a principal ação que fará em relação às chuvas.

Trata-se dos olheiros, com a função de avisar a população dos momentos críticos, de quando haverá enchente. Então, o principal anúncio que ele fez ontem foi a respeito dos olheiros, e concluiu: “Vamos torcer para que a chuva seja amena neste verão”. O prefeito Marcio fará uma torcida contra a chuva. Deveria ter trabalhado, como faz a presidenta Dilma. Obrigado.

O deputado Ulysses Gomes\* - Quero mais uma vez parabenizar a nossa presidenta Dilma e toda a comitiva, nosso ministro Fernando Pimentel, Toninho Andrade, assim como o governador e o vice-governador, presentes na nossa cidade, que foram parceiros dessa obra. Isso é importante registrar. Sobretudo, quero compartilhar e registrar novamente o nosso compromisso e o nosso mandato cada vez mais empenhado em servir a educação do nosso estado. Tenho orgulho de dizer que, nos quase três anos em que estamos aqui, tenho procurado destinar mais de um terço das nossas emendas às escolas estaduais, sabendo da importância de compartilhar minimamente e ser parceiro da educação no nosso estado, além de atuar com o nosso bloco e a nossa bancada na defesa dos direitos dos trabalhadores da educação. Parabéns a esses guerreiros que acreditam na educação de Minas e fazem valer a sua profissão e o ensino em Minas Gerais, com muita garra e determinação. Contem com o nosso empenho, com o nosso trabalho e sempre com a nossa luta. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## **73ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA**

### **Discursos Proferidos em 16/10/2013**

O deputado Fred Costa\* – Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente, quero prestar minha solidariedade à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e afirmar que, embora eu seja o único representante da minha bancada aqui no Parlamento, estou à disposição para aprovar o projeto, desde que o coletivo dos deputados esteja presente. Espero que isso ocorra ainda na tarde de hoje.

Peço a atenção de todos os presentes, de todos aqueles que nos acompanham, porque o assunto que trago aqui hoje diz respeito à cidade de Belo Horizonte. Alguns de nós não são cidadãos belo-horizontinos, mas aqui residem e estão sujeitos à sua administração. Há um ano, o prefeito de Belo Horizonte foi à imprensa anunciar, quando estávamos próximos do período das chuvas, que nós, cidadãos, deveríamos torcer para que a chuva não viesse conforme anunciado, o que representava periculosidade. Naquele momento, tal anúncio me causou estranheza e revolta, porque torcer, no meu entendimento, é para um clube de futebol, para o Atlético, para o Cruzeiro, para o América, para o Flamengo, enfim, para qualquer time. O prefeito torcer para que a chuva não venha é um ato de irresponsabilidade.

Pior ainda foi o que ele anunciou há poucos dias. Com orgulho, fazendo apologia, falou que Belo Horizonte finalmente estava preparada para o período de chuvas. Numa relação extremamente paradoxal, falou em enchentes. Ora, se a cidade está preparada para o período de chuvas, não pode haver enchentes.

Além disso, afirmou categoricamente que uma das principais ações seria proibir o trânsito de pedestres e de veículos em várias vias da cidade. Fiquei surpreso. Que política pública fantástica! Que responsabilidade! Deveria tratar do problema na sua gênese, na sua origem. Quando vierem as chuvas, poderemos nós, que já estamos sujeitos a um problema crônico de mobilidade urbana, ter tolhido o direito de passar por algumas vias.

Lembro às pessoas que passam pela Av. Prudente de Moraes que, até há cerca de um mês, havia ali uma placa sinalizando que estava havendo obra - para minimizar os impactos das chuvas - por meio de empréstimo. Aquela placa ficou ali por mais de um ano. Não vimos um só homem trabalhando. A alegação da prefeitura, para não fazer aquela obra, foi que não haveria recursos. Todavia, a placa lá permaneceu.



Fazendo um exercício de futurologia, tendo à vista a mente prodigiosa, a inteligência de quem inventou essa política pública de combate às chuvas, fico aqui pensando. Se o prefeito de Belo Horizonte fosse governador do Estado, tendo em vista as brigas que ocorreram no Estádio Independência, no último jogo entre Atlético e Cruzeiro, acredito que, com sua genialidade, ele teria dado uma solução. E qual seria ela? Proibir jogo, certamente. Se fosse ele o presidente da República, diante das vidas que estão sendo ceifadas nas rodovias federais, talvez, por analogia, ele tomasse a decisão de proibir o uso de rodovias.

Ora, quero lembrar a todos os presentes e àqueles que me escutam: hoje, todos os principais meios de comunicação anunciam o risco de pancadas de chuvas em Belo Horizonte. Então, diante da omissão, da incompetência e da inoperância, por não fazerem políticas públicas, foi anunciado que, possivelmente, teremos vias fechadas. O trânsito já está ruim e deve piorar ainda mais. E, numa medida extremamente paradoxal, o prefeito de Belo Horizonte quer construir um centro administrativo no Bairro da Lagoinha. Um centro administrativo! O valor de R\$1.000.000.000,00 poderá ser gasto para construir o castelo, a "Lacerlândia". Enquanto isso, temos necessidades de outras tantas políticas públicas.

Quero lembrá-los das diferenças imensas de um centro administrativo para outro. Quando o Centro Administrativo foi construído no Vetor Norte da cidade, não houve uma única desapropriação. Houve investimento em mobilidade urbana, na Linha Verde, que nos remete ao Aeroporto Internacional de Confins.

Já na Lagoinha, o trânsito é caótico, e vai haver desapropriação. Querem colocar lá mais 7 mil pessoas diariamente.

Concederei aparte ao nobre companheiro deputado Rogério Correia. Deputado Rogério Correia, só lembrando, Belo Horizonte está com a obra do Hospital Municipal do Barreiro paralisada, e o orçamento é participativo, e participativo digital. Há várias e várias obras paradas. Há alguns dias, por pouco, teríamos a interrupção da coleta de lixo na cidade por falta, segundo o prefeito, de recursos para pagar esse serviço. Mas insistem, fervorosamente, em fazer o centro administrativo de R\$1.000.000.000,00.

O deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Fred Costa, serei breve. Quero parabenizá-lo por trazer o assunto de Belo Horizonte aqui. Às vezes, nem trago muito assuntos de Belo Horizonte aqui - se bem que, agora, posso falar mais à vontade. Felizmente, o PT não tem mais nada a ver com essa prefeitura. Digo isso - e falo com mais tranquilidade agora - porque V. Exa. sabe que não apoiei esse prefeito em momento algum. Quando o PT apoiou o deputado Marcio Lacerda e fez dobradinha com ele, eu até mesmo fui dissidente do PT na época e falei: "Não o apoio". Eu já sabia o que viria depois. Esse prefeito não tem sensibilidade nem um programa para Belo Horizonte e não merece apoio de um partido popular.

V. Exa. coloca a questão muito bem agora. Eu iria perguntar exatamente isso. Se ele quer fazer a "Brasília" dele, imitando a "Brasília" do Aécio, que já foi um desastre - mas, isso não é o caso agora -, por que vai fazer uma "Brasília" no Bonfim, onde há todas aquelas moradias antigas e comércio? Ele vai desapropriar as pessoas no Bairro Bonfim? Por que ele não utiliza esse recurso para terminar o Hospital do Barreiro, que, na cara de pau, prometeu para Belo Horizonte que concluiria? E, até hoje, nada de Hospital do Barreiro. É um quebra e desquebra, se é que se pode dizer assim. As obras do BRT foram uma "gastança" de dinheiro!

Fico até pensando quais empreiteiras estão ganhando dinheiro com isso e quais pretendem ganhar dinheiro com o Bonfim. Não é possível essa atitude da Prefeitura. Deputado Fred Costa, permita-me, no seu tempo, cobrar do prefeito uma coisa que me é muito cara, porque é o local onde fui criado. Cadê a Pracinha São Vicente? Como V. Exa. disse, ela saiu do orçamento participativo na Regional Noroeste. O trânsito é cabuloso para as pessoas que estão na região Noroeste. Não vemos nada, e o caos está lá.

Parabéns. Muito obrigado por ter abordado esse assunto. Temos de cobrar as promessas não cumpridas do prefeito. Parabéns, deputado Fred Costa.

O deputado Fred Costa\* - Deputado Rogério Correia, agradeço-lhe as palavras. V. Exa. sabe que não sou do PT. Teço críticas, quando acho que merecem, tanto ao presidente Lula quanto à atual presidenta, Dilma, mas devo elogiá-los também. Uma coisa não posso criticar: a interlocução existe. Quero citar o exemplo da proposta da praça de pedágio entre Belo Horizonte e Nova Lima. Fui recebido nove vezes na ANTT até que propuseram nova licitação com a mudança da praça de pedágio. Em Belo Horizonte já pedimos quatro vezes, em três audiências públicas e pessoalmente - eu e o coletivo dos moradores -, e não conseguimos ser recebidos pelo prefeito Márcio Lacerda. Sabe o que ele fala, deputado Rogério Correia? "Quem é contrário à obra é oportunista". Agora, ser contrário é ser oportunista? Eles querem parlamentares que só digam amém. Não querem parlamentares que tenham qualquer tipo de crítica, mesmo construtivas, procurando garantir o bom uso do dinheiro público.

Ora, quem esteve ou está nos Bairros da Lagoinha e do Bonfim sabe a história da localidade e que 70% dos que lá residem são idosos. A história dos bairros está relacionada com a cultura da cidade. Pior do que isso, haverá impacto no trânsito, o que piorará sobremaneira o acesso de todos os que chegam ou saem do Centro, desde o Vetor Norte, passando por toda a região.

Quero aproveitar o momento para externar não só a minha indignação como parlamentar, mas a indignação de qualquer cidadão belo-horizontino que tenha essa oportunidade. Se perguntarem ao morador da Lagoinha qual é a prioridade, tenho certeza de que afirmará que é a revitalização do bairro, e não o centro administrativo. Se perguntarem a qualquer morador de Belo Horizonte se prefere gastar aproximadamente R\$1.000.000.000,00 com o centro administrativo ou com educação, saúde, mobilidade ou segurança, com certeza, ele não escolherá a primeira opção. Qualquer outra política pública é prioridade em relação ao centro administrativo na região da Lagoinha.

Lembro ainda que fui vereador em Belo Horizonte e, quando estava saindo da câmara dos vereadores para começar a exercer meu mandato de deputado, o próprio prefeito Márcio Lacerda enviou àquela casa um projeto de lei vendendo quase uma centena de imóveis. Portanto, a justificativa de que a Prefeitura de Belo Horizonte não possui imóveis, acredito ser mais uma inverdade para com o povo de Belo Horizonte. Priorizar o centro administrativo, a "Lacerlândia", não é priorizar o que a população belo-horizontina deseja.

Já que tenho ainda 1 minuto, quero externar minha opinião em relação ao tratamento que os profissionais da segurança têm recebido no Brasil, de forma geral.

Infelizmente as Polícias Militar e Civil têm sido execradas quando exercem suas funções, sobretudo por movimentos sociais organizados, que cobram que eles cumpram os direitos humanos. Quero externar sem hesitar: para mim as Polícias Civil e Militar de



Minas Gerais devem trabalhar como vêm trabalhando, com seriedade e eficácia, porque têm que se fazer, sim, respeitadas pelos bandidos e por aqueles que promovem a desordem.

Parabéns, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Espero que hoje entrem num acordo. Estarei aqui à disposição para votar o projeto que se encontra na pauta.

Agradeço a atenção, presidente. Dessa forma, finalizo minha participação.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, queremos cumprimentar os companheiros da Polícia Civil que se encontram nas galerias da Assembleia; o Dr. Ronaldo, em cuja pessoa cumprimento o Sindepominas; o Denílson Martins, em cuja pessoa cumprimento o Sindpol; e os dirigentes José Maria de Paula e Antônio Marques Pereira. Queremos cumprimentar a todas as companheiras e a todos os companheiros da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sr. Presidente, serei breve, até porque o assunto que me trouxe na verdade deveria ser tratado quando da matéria que deverá ser votada. Apresentamos já um requerimento. É até bom esclarecer aos companheiros que vêm a esta Casa na data de hoje acompanhar um processo de votação que o Plenário funciona, conforme determina o Regimento Interno, por fases. Das 14h15min às 15h30min, ocorre o que chamamos de pinga-fogo, momento em que os deputados ocupam a tribuna para falar do que entendem ser apropriado ou importante, sob sua óptica. Vencida essa fase, passaremos à apreciação das matérias constantes na pauta. É apenas para orientar os companheiros que estão acompanhando o processo de votação.

Temos dois projetos importantíssimos na data de hoje, e esperamos votá-los, deputado Vanderlei Miranda. O primeiro é o PLC nº 23, de que tive oportunidade de ser relator na Comissão de Segurança Pública. Sempre orientei os policiais civis sobre as armadilhas que o projeto tinha e sobre o que poderíamos fazer para aperfeiçoá-lo e ajudar a melhorá-lo. Como relator, encampamos 28 emendas, das quais 20 foram acolhidas no parecer da Comissão de Fiscalização Financeira. Que emendas são essas? São emendas que aperfeiçoaram o projeto e vieram até a não permitir remissões de direitos já adquiridos pelos policiais civis, na forma do regulamento, como o governo mandou em sua forma original. A todo momento alertei os policiais civis do perigo que é remeter esse tipo de direito na forma do regulamento. Por exemplo, direito das mulheres - amamentação, licença-maternidade - estava previsto para remissão na forma do regulamento. Onde está a gravidade, o perigo dessa remissão? Quando se fala em regulamento, é a chefia da própria polícia que vai regulamentar. Ainda tínhamos uma remissão da carga horária dos policiais civis, na Lei Complementar nº 84, da qual tive a satisfação de ser relator, ainda quando o projeto era o PLC 58, em 2005. Não podemos permitir que a carga horária definida em lei, que custou a ser aprovada, seja remetida na forma do regulamento. Por quê? Porque assim, na chefia da Polícia Civil, alguns dos chefes, talvez, em um determinado momento, poderiam enlouquecer e falar em mudar a carga horária que é de 40 horas para 50 ou para 60, porque estão precisando.

Há um risco de evitarmos estas expressões no PLC 23 - a carga horária e as gratificações garantidas em lei. Vimos no projeto erros gravíssimos fazendo remissão na forma do regulamento. Então, tivemos o zelo de colocar na forma da lei; e, no máximo, quando a questão não era tão importante, de colocá-la para remissão na forma do decreto, que é feito pelo governo, e não pela chefia da polícia. Quem irá assinar o decreto será o governo. Então, tivemos esse zelo, durante a tramitação do projeto.

O projeto ainda não contempla aquilo que os policiais civis desejam. Há alguns avanços, há a promoção por oito anos de serviço, o cumprimento do período probatório que sairá da classe 1 para a 2 dos delegados de polícia, e outras demandas. Incluímos também no projeto que o PLC 41 fosse rejeitado e que o abono permanência já constasse no PLC 23, ficando no corpo de uma única lei dos policiais civis.

O abono permanência tem vantagens para a administração da Polícia Civil e para o servidor, e há um dispositivo na lei que fala que o servidor é quem vai optar se quer ou não. Essa é uma decisão do servidor, ou seja, se ele completou 30 anos para a sua aposentadoria voluntária, 20 anos de natureza estritamente policial e 10 anos averbado fora, poderá optar por ficar mais cinco anos, com o abono permanência.

Qual a vantagem do abono permanência? Primeira vantagem: vai ganhar um terço a mais, permanecendo na Polícia Civil; segunda vantagem: terá condição de progredir na carreira e ter uma aposentadoria melhor, e a administração terá um efetivo policial de que tanto necessita hoje. Esses pontos são os avanços, mas ainda podemos aperfeiçoar e melhorar o projeto.

O deputado Vanderlei Miranda (em aparte) – Agradeço a V. Exa., deputado Sargento Rodrigues, pelo aparte, parabenizando-o por, mais uma vez, usar a tribuna de forma bastante proveitosa, assim como têm sido as suas intervenções nesta Casa.

Para complementar o que V. Exa. disse na abertura da sua fala, muitas vezes as pessoas que estão acompanhando de longe o que se passa no Plenário desta Casa não entendem que um projeto é resultado de exaustivas negociações, de trabalho das comissões temáticas. Digo isso porque recentemente recebi um *e-mail* de uma pessoa que cobrava a minha presença neste Plenário, numa dessas tardes, considerando que, assim como muitos daqui, sou um dos deputados mais presentes. Disse a ela, naquela oportunidade, que estava onde ela, sinceramente creio, não gostaria de estar: acompanhando a minha esposa numa cirurgia. Mas, não entendeu ela que, naquele momento, a minha presença neste Plenário não mudaria absolutamente nada em relação ao projeto, principalmente dos servidores da Polícia Civil, mesmo porque ele já estava sendo tratado e ajustado.

Eu, como vice-líder do Bloco Minas Sem Censura, tenho dado irrestrito apoio às reivindicações dos servidores, especialmente os da Polícia Civil. O que estou falando aqui não é nenhuma novidade.

Agora há em pauta também o Projeto 4.040, dos agentes penitenciários, que está na pauta e que vai também depender de uma atenção muito especial desta Casa, assim como aconteceu no passado, quando, numa canetada só, o antigo secretário de Defesa Social colocou mais de 300 agentes penitenciários na rua. Na época, V. Exa. se lembra muito bem de que compramos uma briga nesta Casa e conseguimos voltar com os 300, depois de exaustivas negociações.

Portanto quero dizer, e falava ao Denílson, lá fora, o que estou falando aqui agora, que muitas vezes as pessoas que estão acompanhando de longe não conseguem entender que o projeto, quando chega ao Plenário, já chega depois de exaustiva luta. É uma



batalha para ajustar os pontos de interesse a fim de que a categoria ou as categorias sejam plenamente atendidas ou contempladas próximo do que seria o ideal. Tenho certeza de que, da forma como está avançando, ainda que não seja o ideal, é o mais possível do real a que chegaremos, principalmente nós do Bloco Minas sem Censura, composto por PMDB, PT, PRB, e também V. Exa., que, embora não participe desse bloco, tem sido um ardoroso defensor das causas dos servidores públicos nesta Casa. Por essa razão quis fazer esta intervenção, tomando parte do seu precioso tempo, mas para deixar bem claro o que V. Exa. explicou tão bem na abertura da sua fala.

Assim, quero crer que os que agora acompanham os trabalhos pela TV Assembleia e têm interesse nessa matéria vão entender o motivo pelo qual muitas vezes o projeto não é votado em tal dia. Isso ocorre porque ele ainda está em fase de ajustes lá fora para chegar aqui atendendo, como eu disse, se não o ideal, pelo menos o mais próximo possível do real. Muito obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço a V. Exa. o empenho e o apoio. Lembrou V. Exa. um detalhe muito importante. O ex-secretário de Defesa Social, Maurício de Oliveira Campos Júnior, que dizia aos quatros cantos do Estado que era professor de processo penal da PUC Minas, envergonhou-nos como secretário quando demitiu, sem obedecer ao devido processo legal e ao direito a ampla defesa e ao contraditório os agentes penitenciários contratados. Não dou conta de suavizar as palavras, pois não é do feitio deste deputado. Batemos nessa tecla exaustivamente, eu e V. Exa., até que o último agente contratado fosse reintegrado aos quadros da defesa social. Não economizamos, aliás, palavras para esse moço que dizia ser professor de processo penal. Talvez tenha fugido à aula, quando do seu curso de direito, para não saber que todo procedimento administrativo deve obedecer ao direito à ampla defesa e ao contraditório.

Quero, presidente, finalizando o assunto, dizer aos companheiros da Polícia Civil que há uma emenda que vamos continuar perseguindo nesse projeto para que não paire dúvida nenhuma sobre a questão. Da última vez que vim à tribuna, até comentei isso com o Denílson e com o Toninho, recebi um *e-mail* malcriado de uma delegada de polícia que entrou ontem na Polícia Civil, foi nomeada no dia 14 de março, dizendo que eu estava aqui pregando a divisão. Pelo contrário. Pregamos foi a união agora. Quem está querendo defender o subsídio só para delegado não é a base. Ela não defende e nem faz isso. Isso seria um tiro no pé porque não se constrói uma instituição formada só pela cúpula. Foi isso que eu disse aqui e repito. Disse a ela, vou repetir de novo da tribuna: Sra. Delegada, a senhora entrou ontem na polícia, portanto não conhece chão de fábrica, como muitos companheiros da Polícia Civil, que já deram a vida em nome da instituição, já entraram em centenas de trocas de tiro, já prenderam bandidos perigosos para fazer a Polícia Civil acontecer na prática.

Disse ainda desta tribuna que o *longa manus* do delegado é o escrivão, o investigador de polícia. Portanto, a base da Polícia Civil não pode ser aviltada, violada e desrespeitada por aqueles que estão “chegando ontem”, como dizia o trocadilho feito pelo hoje deputado federal e ex-jogador de futebol Romário: o cidadão acaba de chegar e já quer sentar na janela do ônibus. Em vez de começar pelo chão de fábrica, ter um pouco mais de humildade, já quer estar por cima. Vou fazer diferente. Não vou declinar o nome dela porque já respondemos pela mesma via, mas quero lembrá-la de que, muito antes de ela sequer fazer inscrição na Polícia Civil, eu já estava aqui defendendo a Polícia Civil de Minas Gerais e aprovando leis. Não é com discurso furado nem com demagogia.

E mais, a mesma delegada ainda foi convocada no quadro de excedentes por um esforço deste deputado. É triste virmos dizer isso desta forma, mas não podemos deixar de falar.

Para concluir, quero dizer que existe uma emenda nesse projeto da Polícia Civil, deputado Vanderlei Miranda, para cuja aprovação precisamos fazer um esforço máximo. Se não a aprovarmos hoje, depois do pinga-fogo, gostaria que a reapresentássemos. Devemos insistir nessa emenda, que prevê vincular a menor remuneração do policial civil à maior. Essa emenda é primordial para a base não tomar uma puxada de tapete amanhã. Se o governador Anastasia tiver juízo – e tenho a certeza de que ele deve ter -, não cometerá o suicídio de apartar a Polícia Civil, separar ou assolar o fosso que separa a base da cúpula, pagando a um o subsídio e pagando a base de outra forma. Seria a pior coisa que a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais poderia fazer. Indaguei a vários delegados mais antigos, o Dr. Ronaldo, o Dr. Chedid: quanto tempo os senhores levaram para chegar a delegado-geral de polícia? No mínimo, 20 anos. Agora, esse cidadão chegou ontem. Ele não acabou o probatório e já quer dar ordens na Polícia Civil.

Isso serve para qualquer um, não só para o delegado. Se o investigador chegou ontem, se é o escrivão ou o perito, isso é algo nosso de polícia. Isso está na nossa essência. Não se constrói uma instituição pública sem que o caboclo não conheça o chão de fábrica, sem que ele não pague seu tributo, sem que ele não dê sua contribuição. Por que o cidadão, quando passa no concurso, seja para juiz ou promotor, vai para a ponta do Estado? Porque ele deve pagar seu tributo. É lá que ele deve pagá-lo a fim de conhecer o chão da fábrica. Então, por esses companheiros que já quebraram pedra por uma ou duas décadas na Polícia Civil, temos um enorme respeito e admiração.

Vocês não podem permitir essa cisão. Se a Polícia Civil quiser sair mais unida desse projeto, deve unir as cinco carreiras: investigador, perito, escrivão, médico-legista e delegado de polícia. Não deve haver uma parte achando: “somos o mandatário, escolhemos a forma de receber, ditamos as regras e não precisamos do resto”. Precisam sim. O coronel não é coronel sem soldado, porque coronel não existe sem tropa. O delegado-geral de polícia não existe sem seus braços longos, sem o investigador, sem o perito, sem o escrivão de polícia. É necessário que a Polícia Civil busque a união para aprovar o projeto. Quero fazer um apelo, deputado Vanderlei Miranda, a V. Exa. e aos demais colegas deputados. Precisamos aprovar uma emenda nesse projeto para que a menor remuneração esteja vinculada à maior remuneração. Então, são essas as nossas considerações.

Quero apenas agradecer, Sr. Presidente, e dizer que também tive a grata satisfação de ser o relator do Projeto de Lei nº 4.040. Também hoje as galerias estão ocupadas pelos agentes penitenciários. Como relator, demos o parecer favorável e esperamos, na data de hoje... Apenas, Sr. Presidente, quero comunicar aos deputados que aportei um requerimento na Mesa com entendimento para que Projeto de Lei Complementar nº 23 e o Projeto de Lei nº 4.040 possam ser apreciados em primeiro lugar, quando iniciarmos a votação.

O deputado Cabo Júlio\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da Polícia Civil e agentes penitenciários, em primeiro lugar, precisamos explicar que a Assembleia hoje, dos 71 deputados, tem 39 deputados que registraram sua presença. Para votar ambos os



projetos, precisamos de 39 votos “sim”. Não há como colocar em votação o projeto e conseguir 39 votos “sim” estando presentes 39 deputados. Correremos o risco de não atingir o quórum e ter o projeto prejudicado. Então, isso é matemático. Preciso explicar aos colegas que o projeto não será votado hoje porque, para votar um projeto em que precisamos de, pelo menos, 39 votos, deveríamos ter pelo menos 50 deputados presentes. Então esse é um fato matemático, e estou aqui fazendo a minha parte. Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa que gostaria de falar é que já briguei com todo o mundo que tinha de brigar pelos interesses da Polícia Civil; os presidentes das entidades acompanharam.

Deputado João Leite, quero fazer um reparo na fala de um deputado que esteve na tribuna falando da prefeitura. Não tenho procuração para falar em nome do prefeito de Belo Horizonte, não sou do PSB e não me atrevo a isso, mas há uma coisa faltando na política, que é a tal da coerência. O cidadão assoma à tribuna para defender a construção do centro administrativo que custou R\$2.000.000.000,00, mas o mesmo cidadão que vem aqui defender a construção do centro administrativo de quase R\$3.000.000.000,00 é contra a construção do centro administrativo na Lagoinha. Ou é a favor dos dois ou é contra os dois. Não pode ser aquela política por conveniência. Falta coerência quando alguém pronuncia aqui esse tipo de fala, talvez seja para aproveitar a galeria cheia ou a TV Assembleia. Precisamos ter coerência.

E depois o cidadão vem falar de alagamento. Bom seria se tivéssemos uma máquina ou um computador para darmos um comando para não chover. Deputado João Leite, bom seria, mas isso não é possível. Às vezes o cidadão precisa sair da Zona Sul, da Savassi, do lugar que não alaga, e andar pelo Barreiro, pela região do Tirol, onde alaga toda vez que chove, e ver o tamanho da bacia de contenção feita nesse lugar. “Ah, mas o povo não vai ver!” Deputados, existe um tipo de obra que ninguém gosta de ver. Obra de saneamento ninguém gosta de ver porque não aparece. O povo gosta de construção da terra para cima; da terra para baixo ninguém gosta. Ai ninguém vai ver a bacia de contenção.

Repito, não tenho procuração, mas digo que ser oposição ou situação por conveniência é muito fácil. Fazer o discurso de acordo com o palanque ou então fazer o discurso para atacar aqui e negociar lá embaixo. Via isso na câmara municipal. Via vereador “descendo o cacete” no prefeito e, quando acabava de falar, ia até o secretário de Governo pedir cargos: “Eu paro de falar, se me der cargos”. A política precisa ter coerência. Por mais que seja justo governarmos juntos, precisamos ter coerência.

Vamos analisar a situação do Bairro Lagoinha. Com todo o respeito aos moradores tradicionais do bairro, mas o que é a Lagoinha hoje? Lá virou uma “cracolândia”, todos os policiais sabem disso, tráfico de drogas e prostituição. Essa é a realidade. Obviamente o bairro precisa ser revitalizado e modernizado. Agora, levar um centro administrativo?

Deputado Duarte Bechir, vejam a bagunça – para não usar outro nome – que existe em Belo Horizonte hoje. Vejam a realidade atual: a Secretaria da Prefeitura fica na Avenida Afonso Pena, nº 1.212; o cidadão quer ir à Secretaria de Meio Ambiente, vai à Afonso Pena nº 1.212, e dizem a ele que não é lá, é na Afonso Pena, nº 4.000. O cidadão sobe mais uns oito quarteirões e chega ao local. Deputado Duarte Bechir, daí o cidadão vai à Afonso Pena, nº 4.000, procurando a Secretaria de Meio Ambiente e achando que a Secretaria de Finanças também fica lá, mas então dizem a ele que não, que ela fica na Rua Espírito Santo. Cada órgão fica em um lugar. O cidadão vai para lá e para cá procurando. A ideia de colocar tudo em um lugar só facilita o gerenciamento, traz economia para os cofres públicos e facilidades para o cidadão. Para o cidadão que anda de carro novo, zero, para lá e para cá, é fácil criticar.

Ganhou dinheiro quem ficou sabendo que o centro administrativo seria no Vetor Norte de Belo Horizonte. Houve pessoas que compraram lotes e mais lotes, que se valorizaram em 1.000%. As casas em volta da Cidade Administrativa se valorizaram em até 1.000%. A região da Lagoinha precisa ser valorizada e revitalizada.

Falando das chuvas, gostaria que fossem ver as bacias de contenção. Moro no Barreiro e sei o que acontece quando chove lá. Às vezes o cidadão não sabe nem onde fica o Barreiro e vem falar de chuva. Vá ver a obra de contenção.

E, mais do que isso, para terminar minha fala sobre a prefeitura: o prefeito foi bem avaliado, e ninguém pode achar ou dizer que acha isso ou aquilo.

Não adianta acharmos nada, porque quem fala é a urna. O cidadão ganhou a eleição, e não há terceiro turno. Fazer discurso com o pensamento já na próxima eleição é pretender criar um terceiro turno. O prefeito Márcio Lacerda foi bem-avaliado e ganhou de nós – ganhou do PT e do PMDB. Deu uma sova na gente, ganhou a eleição, e pronto. É o prefeito de quem ganhou e de quem não ganhou e, por sinal, um bom prefeito.

Fiz essa introdução rápida porque quero falar dos agentes penitenciários, pedindo que me permitam focar os contratados. Corremos o risco de entrar em colapso, e explico o motivo. Cerca de 80% dos agentes de segurança prisional são contratados – isso é fato -; não temos tempo de abrir um concurso para preencher 12 mil vagas e estamos na fase de prorrogação dos contratos. O que vai acontecer quando os contratos terminarem? Vamos perder 12 mil guardas. Ai, como vai ficar o sistema? Vai entrar em colapso?

Assim, estamos discutindo com alguns colegas a ideia de modificar a lei para que os contratos sejam não de três, mas de cinco anos, prorrogáveis por cinco anos até que haja concurso público, para que os colegas em fase de contrato possam ser realocados. Hoje temos penitenciárias que contam com 100 agentes, dos quais 80 são contratados. Imaginem se, ao fim dos contratos, esses 80 forem retirados: os 20 restantes vão conseguir mover o sistema? Não. Então, disse ao governador e aos colegas que precisamos resolver logo essa questão para que o nosso sistema não entre em colapso.

Antes de conceder aparte ao deputado Elismar Prado, quero dizer que fiz questão de tocar no primeiro assunto principalmente para fazer uma defesa, não de partido – até porque ele não é do meu partido, e eu, aliás, estive do lado contrário -, mas, por uma questão de justiça, do prefeito Márcio Lacerda, que é um dos melhores prefeitos que Belo Horizonte já teve. Não sou eu quem diz isso, mas a urna.

O deputado Elismar Prado (em aparte)\* – Obrigado, deputado Cabo Júlio. Quero registrar nossa solidariedade aos agentes penitenciários, ao pessoal da Polícia Civil, que está aguardando ansiosamente a apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 23, que está pronto para ser votado. Lamentamos o esvaziamento do Plenário, o que impede a aprovação desse projeto, que já está pronto e já venceu todo o trâmite regimental. Estou presente para ajudar na votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 23, da



Polícia Civil, que, em vigília, está esperando essa votação. Lembro que apresentamos emendas ao projeto para completar o que ficou faltando, pois os policiais civis precisam de dignidade para realizar seu trabalho, mas, realmente, o governo não cumpriu sua palavra.

Da mesma forma, os professores, que estiveram por 47 dias acampados em frente do Palácio das Mangabeiras, estão agora na Assembleia. Estamos na semana da educação – ontem foi o Dia do Professor -, mas, infelizmente, não temos nada a comemorar, porque o professor e a professora continuam sendo muito maltratados no Estado de Minas Gerais, que não cumpre a lei do piso, que lhes retirou direitos e congelou sua carreira. Agora eles estão nessa luta incessante. Infelizmente, é muito sofrimento para os professores, que, além dos baixíssimos salários, com o descumprimento da legislação federal, enfrentam o problema da violência escolar. Aliás, corremos o risco de viver um verdadeiro “apagão” da educação, deputado Cabo Júlio, porque nossos jovens não querem mais seguir a carreira do magistério. O que será de um país ou de um estado sem os professores e as professoras?

Então, quero lamentar o descaso do governo do Estado com os trabalhadores da educação e as palavras não cumpridas. A luta continua, e quero prestar minha solidariedade ao pessoal do Sind-UTE, a todos os que também vão montar o seu acampamento aqui, com o pessoal da Polícia Civil, e aos outros servidores, como os trabalhadores da saúde, do Sind-Saúde, que também estão cobrando seus direitos e reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Quero deixar a nossa saudação a esses companheiros e companheiras. Podem contar com o nosso empenho para que esse governo deixe de fazer tanta propaganda enganosa pela televisão e gastar tanto dinheiro com artistas globais e passe a investir no que é necessário: na melhora da qualidade dos serviços públicos, da educação, da saúde e da segurança pública. Infelizmente, o governo continua descumprindo a legislação e não investe o mínimo determinado na Constituição para a educação e a saúde. Além disso, já está devendo R\$8.000.000.000,00 para a educação. Onde está esse dinheiro é o que perguntamos ao professor e governador Antonio Anastasia.

Era o que eu queria dizer. Que a luta continue. Sejam todos muito bem-vindos.

O deputado Cabo Júlio\* - Antes de conceder aparte à deputada Liza Prado, eu gostaria de comentar um dado. Para que foi feito um decreto sobre a Lagoinha? Para evitar uma coisa chamada especulação imobiliária. O cidadão fica sabendo que vão construir lá e começa a comprar aqueles barracos em volta por R\$50.000,00, para depois especular. Foi o que aconteceu no Vetor Norte. Não será feito nada lá antes de se conversar com a sociedade local, o que é óbvio. Não se faz um projeto dessa envergadura sem conversar. E isso é o que a prefeitura tem feito. A gente precisa ter cuidado e responsabilidade com o que fala, porque não dá para ficar quatro anos no palanque, chega a hora em que a gente precisa ser deputado de verdade e descer do palanque.

A deputada Liza Prado (em aparte)\* – Agradeço, deputado Cabo Júlio, a oportunidade de apartear-lo. Eu não poderia deixar de cumprimentar a valorosa Polícia Civil aqui presente, polícia que respeito, que admiro, porque são competentes, trabalhadores, honrados e têm conseguido demonstrar para todo o Brasil que, se tivessem melhores condições de trabalho, este seria muito melhor. Eu gostaria de dizer a todos vocês, assim como a meus amigos delegados e a todos os que estão aqui presentes, que em Nova Lima houve a abertura da Delegacia Especializada do Enfrentamento à Violência contra a Mulher. É um avanço. A violência cresce tanto, deputado Cabo Júlio, e sabemos como as mulheres precisam de políticas públicas e de instrumentos para combater a violência.

Portanto, deputado Cabo Júlio, V. Exa., que milita na área, conhece o sofrimento da Polícia Civil, que tem dificuldades até mesmo em plantões, deslocando-se para as cidades, o que tem prejudicado bastante a população. Já conseguimos efetivar muitas pessoas por meio do concurso público, mas sabemos que há necessidade de mais funcionários, de mais escrivães. Estamos lutando para melhorar as condições de trabalho. E essa polícia, tão valorosa, também precisa ganhar bem, precisa da lei orgânica, tem meu voto, tem meu apoio, tem meu empenho e, acima de tudo, tem minha grande admiração, porque eu realmente defendo a Polícia Civil muito mais do que muitos policiais, porque sei que são gloriosos, são corajosos e orgulham o Estado de Minas Gerais. Parabéns a todos vocês.

O deputado Cabo Júlio\* – Só um último detalhe sobre os colegas da Polícia Civil. Acho injusto, Denílson, algumas posturas de querer satanizar a luta dos...

Concluindo, acho errado querer satanizar o movimento dos delegados mais novos. É óbvio que quem chegou agora tem de saber a sua hora. O que eles estão querendo é valorizar a categoria. Muitas vezes eles são mais aguerridos...

Querem ouvir ou não? Estou dizendo que tanto os novos quanto os antigos têm de estar no mesmo movimento de querer ganhar melhor. Satanizar, não! Quando a gente sataniza, a gente acaba dividindo a classe. Creio que o movimento deles também é válido para valorizar a luta dos policiais civis, principalmente os que já estão aqui dando a vida há muito tempo.

\* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia\* – Sr. Presidente, deputado Ivair Nogueira, deputadas e deputados da Assembleia Legislativa, servidores públicos que hoje nos visitam, da área de segurança pública, da Polícia Civil, do quadro das penitenciárias, trabalhadores da saúde, da educação também presentes. É um prazer tê-los aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, o quadro aqui hoje na Assembleia Legislativa reflete um problema que vimos denunciando há muito tempo e que o governo teima em esconder. É que o resultado daquilo que eles chamam de choque de gestão traria para o Estado de Minas Gerais um arrocho tão grande que não é um arrocho apenas no salário dos servidores públicos, mas um arrocho no serviço público. E Minas Gerais hoje tem um problema nas três principais áreas, que, não por um acaso, estão presentes aqui hoje. A área da segurança pública, que é obrigação do Estado; a área da saúde pública, que é obrigação do Estado; e a área da educação pública, que é obrigação do Estado. No caso da saúde pública, o governo deve a Minas Gerais, ao nosso povo, sem contar os juros, apenas somando aquilo que, ano a ano, o governo desrespeitou na Constituição, R\$8.000.000.000,00, que deixaram de ser investidos nos hospitais, nos centros de saúde, nos salários, enfim, na saúde pública de Minas Gerais. Se somarmos a isso o que o governo deve à educação pública - e já há uma campanha do Sindi-UTE para que isso seja recuperado para Minas Gerais -, são mais R\$8.000.000.000,00 de dívida de não investimento naquilo que a Constituição obriga o Estado a investir. Em saúde e educação são, portanto, R\$16.000.000.000,00 a menos, que foram investidos no chamado choque de gestão e no modelo do déficit zero. O valor de R\$16.000.000.000,00 a menos na saúde e na educação faz muita falta para setores essenciais do Estado.

O caso da segurança pública é tão grave que, a cada mês, dados negativos vão sendo colocados em relação à segurança pública no Estado; tão grave que a Polícia Civil já é vizinha da Assembleia Legislativa, acampada que está desde o início de agosto, denunciando





que o governo do Estado não cumpre a palavra de haver uma lei orgânica da Polícia Civil que seja compatível com a necessidade dessa instituição. O quadro é tão grave de maneira geral que as professoras ficaram acampadas 47 dias em frente à residência oficial do governador, que passou para lá, passou para cá, às vezes de carro, às vezes de helicóptero, e fingiu que esse problema não era com ele, que não havia professores lá e que não há, portanto, problema na educação. Conseguiu ignorar a educação pública no Estado de Minas Gerais.

Eu e a deputada Maria Tereza Lara estivemos lá semana passada, representando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e conversamos com os professores. Não é apenas um problema de salário - a educação está com um problema crônico. Falta política pública de investimento na educação em Minas Gerais. O quadro é, portanto, Sr. Presidente, desanimador.

Quanto à saúde, o deputado Adelmo Carneiro Leão, que é da área, tem acompanhado e feito visitas a hospitais públicos e a centros de saúde e tem me relatado. E não se resolve. Quando o governo federal fala em resolver, o PSDB fica contra. O último caso foi o Mais Médicos. Fala-se agora em Mais Médicos, e o partido do governo, em vez de ajudar, diz que é contra. Mas também não apresenta soluções para o problema da saúde no Estado de Minas Gerais, apenas é contra. Então vivemos uma situação muito crítica e lamentável no Estado. Infelizmente essa é a realidade de Minas Gerais.

Antes de alguns chegarem aqui, li uns dados extremamente preocupantes sobre Minas. Minas Gerais, nesses últimos 12 meses, portanto, no último ano, ficou em último lugar no Brasil no crescimento do comércio.

Isso está estampado hoje nas páginas do *Diário do Comércio* e do *Hoje em Dia*. A maioria da imprensa esconde essa notícia, mas vejam bem: a propaganda do governo anunciada em televisão não condiz com a realidade. A cada dia, a propaganda se choca com a realidade. Há a Minas da fantasia, que é a Minas do Anastasia, e a Minas real, cheia de problemas. E esse é um deles. O comércio de Minas cresceu menos que o de todos os estados do Brasil. Minas ficou em último lugar.

Na semana passada, denunciei que Minas ganhou outro título muito ruim: tetracampeão de desmatamento da mata atlântica, porque o Estado acha que desenvolvimento é só mineração, e, quando o preço cai, não há uma política de desenvolvimento que faça o Estado crescer. Em quem o governo desconta os problemas da ausência de crescimento, que são problemas do próprio governo? Porque o Brasil, mal ou bem, está crescendo, mas Minas cresce menos que o Brasil. Hoje, novamente, uma matéria noticiou que o “pibinho” do Aecinho continua muito pequenininho, porque é menor que o PIB do Brasil, e o comércio é o que menos cresce. Então, diante dessa realidade em Minas Gerais, o governo, em vez de elaborar uma política de desenvolvimento que possibilite o crescimento do Estado, com maior arrecadação, desconta no serviço público. Essa é a verdadeira história do choque de gestão. O choque de gestão é o arrocho daquilo que era obrigação do Estado: a segurança pública, a saúde pública e a educação pública, que hoje estão aqui, na Assembleia Legislativa, lutando e resistindo.

Quero parabenizar todos vocês que estão aqui, trabalhadores das três áreas, porque são vocês que ainda procuram salvar Minas Gerais desse maldito choque de gestão, que todo ano tem prejudicado o povo da nossa Minas Gerais. Se não fossem os militantes da saúde, da educação e da segurança pública, não saberia o que fazer. Tenho que lhes agradecer por estarem aqui, na Assembleia Legislativa, e pedir aos deputados que os recebam bem, vocês, que estão se manifestando. Agora os professores acamparão nesta Assembleia. Retiraram o acampamento da frente do Palácio do governador, porque lá, Adelmo, ele não deu a mínima e fingiu que não viu os professores acampados há 47 dias. Então eles vieram para cá.

O governo deve enviar um projeto de lei que concede 5% de aumento aos professores, que têm direito a muito mais, de acordo com o piso nacional. Entretanto isso não foi dado pelo governo. Quando ele aprovou a política de subsídio, disse ao Denílson e à Polícia Civil: “Não aceitem o subsídio”. Professor sabe que subsídio é sinal de suicídio. Foi o que Anastasia ofereceu aos professores e quis impor aos policiais civis. Aos companheiros da saúde digo que tomem cuidado também, porque podem querer colocar na goela de vocês o tal do subsídio. E o subsídio é o sumiço do plano de carreira, que fica congelado e assim por diante.

Quando discutimos o plano de carreira da Polícia Civil, apresentei 26 emendas em nome do Sindipol, que me pediu como também ao Bloco Minas sem Censura, e em nome dos nossos 21 deputados. Fiz destaque de algumas, pois diziam respeito ao mesmo motivo pelo qual os professores estão aqui: descongelamento da carreira. Como a carreira da Polícia Civil também vai começar congelada, eles lutam para que isso não aconteça. A carreira da educação também está congelada. A proposta do governo é subir um nível, mas não descongelar a carreira, como está na reivindicação. Portanto ela continuaria congelada até 2015.

O problema, presidente - termino aqui a minha fala -, é que sinto, no Estado, uma espécie de paralisia. Parece que o governo está no fim.

É a paralisia do Anastasia, sem querer fazer rima. O Estado está quieto, parado; não vemos mais ações do governo, ele parece estar estagnado esperando o tempo passar e o próximo governo chegar. Mas o problema é que, enquanto espera, endivida o Estado.

Encerro dizendo que Minas Gerais tem também outro título maldito: “Estado falido”. Minas é o segundo Estado mais endividado do País. Então, gravem bem o que a imprensa esconde do povo mineiro, coloquem bastante nos jornais dos sindicatos, nas mídias alternativas, no Facebook, no Twitter, nas redes sociais, espalhem bem. Minas é o Estado falido, Aécio faliu Minas, mas não vamos permitir que leve essa falência para o Brasil. Parabéns aos que lutam. Um grande abraço.

\* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 21/10/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Durval Ângelo**

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 12/10/2013, que nomeou Fabiana Silva Durães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

nomeando Cristiane Rosário Dias Durães para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

**Gabinete do Deputado Elismar Prado**

exonerando Marcos José Rabêlo do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Aislan Lino de Almeida para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

**Gabinete do Deputado Rômulo Viegas**

exonerando, a partir de 21/10/2013, Jozelia Castro de Souza do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

nomeando Vania Marçal Magalhães Perdigo para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.